

ensino **SUPERIOR**

revista do SNESup



**Convocatória
de Assembleia
Geral Eleitoral**

**Apresentação das
listas concorrentes
à Direção e à CFD**

Hora crepuscular
Jorge Olímpio Bento

É hora de eleições no SNESup

A secção “Vida Sindical” ocupa uma parte muito significativa no nº 55 da *Ensino Superior – Revista do SNESup*. A realização de eleições para os órgãos nacionais (Direção, Conselho Nacional e Comissão de Fiscalização e Disciplina) é, em boa medida, responsável pelo peso que a referida secção ocupa neste número da revista.

Apresentamos a lista que se candidata à Direção, publicando o seu programa de ação. Apresentamos também as duas listas que se submetem ao sufrágio para a Comissão de Fiscalização e Disciplina, expondo, através de um texto escrito por cada um dos cabeças de lista (Gonçalo Bandeira e Henrique Curado), as razões de candidatura da Lista F e da lista P.

Na secção “Vida Sindical”, damos ainda conta da constituição de uma corrente de opinião, constituída pelos associados Paulo Cruichinho e António Simões. Na sequência da publicação do parecer da CFD (nº 53 da revista) damos continuidade à questão do Relatório e Contas do SNESup, divulgando o documento produzido pela Direção do Sindicato e pelo Revisor Oficial de Contas.

Jorge Olímpio Bento, que por diversas ocasiões tem publicado na *Ensino Superior*

– *Revista do SNESup*, traz-nos às portas da sua jubilação e no momento em que deixa de ocupar o cargo de Diretor da sua Faculdade de origem, uma ampla e pertinente reflexão sobre os problemas e os desafios enfrentados pela academia em virtude da sua recente evolução.

Continuamos com Paulo Ferreira da Cunha a acompanhar as peripécias e os pensamentos do Catedrático Guilherme que, neste episódio do folhetim, se perde pelos caminhos da arte.

Destacamos o repto deixado por Gonçalo Leite Velho, que encabeça a lista candidata à Direção do SNESup, na rubrica “Opinião”, numa reflexão que encontra pontos de contacto muito fortes com o programa da lista que encabeça e que lança um desafio incontornável aos docentes e investigadores do Ensino Superior.

Fechamos este número com a rubrica “Navegando na Internet, onde apresentamos o site da OASPA (Open Access Scholarly Publishers Association).

Deixo votos de bom encerramento do ano letivo e desejos de umas férias repousantes. ●



PAULO PEIXOTO

PAULO.PEIXOTO@SNESUP.PT

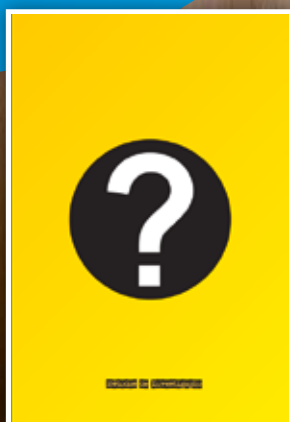
CONDIÇÕES ESPECIAIS

50%

DE DESCONTO*

* Ao abrigo do Protocolo SNEsup / Vida Económica

COMPRE JÁ!



Registe-se já em:
<http://livraria.vidaeconomica.pt>
e usufrua de 50% de desconto

Exclusivo para membros do SNEsup que devem fornecer o nº de associado para encomendas@vidaeconomica.pt

MANUAL DO EMPREGO PÚBLICO

Autoras: Filipa Matias Magalhães e Maria Leição Pereira
Páginas: 336 **Preço:** €26,60

ESTATUTO DA APOSENTAÇÃO DOS TRABALHADORES QUE EXERCEM FUNÇÕES PÚBLICAS E REGIME DA REFORMA DOS TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO

Autores: Elizabeth Real de Oliveira e Pedro Ferreira
Páginas: 448 **Preço:** €24,90

MESTRADOS E DOUTORAMENTOS 2ª Edição

Autoras: Ana Maria Ramalho Correia e Anabela Mesquita
Páginas: 328 **Preço:** €30,00

MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Autores: Elizabeth Real de Oliveira e Pedro Ferreira
Páginas: 144 **Preço:** €17,90

PENSAR A AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Autor: Vários Autores
Páginas: 232 **Preço:** €15,90

LEI GERAL DO TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS - ANOTADA E COMENTADA

Autor: Rui Correia de Sousa
Páginas: 528 **Preço:** €28

☐ Solicito o envio dos livros abaixo indicados, efetuando o pagamento na modalidade assinalada.

☐ Envio cheque/vale nº _____, s/o _____, no valor de € _____.

☐ Transferência bancária na vossa conta com o IBAN PT50.0033.0000.45313889113.05 no valor de € _____, na data de ____/____/____.

(Por favor enviar comprovativo do pagamento efetuado).

☐ Solicito o envio à cobrança (Acredite 4€ para despesas de envio e cobrança).

Quantidade	Designação	Preço
	Total	

Nome _____

Morada _____

C. Postal _____

E-mail _____

Nº Contribuinte _____

ASSINATURA _____

VidaEconómica R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c • 4000-263 PORTO

<http://livraria.vidaeconomica.pt> encomendas@vidaeconomica.pt 223 399 400



Opinião

O desafio

4



Vida Sindical

Eleições no Snesup

6

8

Relatório e contas 2014



Organização do Ensino

Hora crepuscular: necessidade de balanço e reflexão

20



Temas atuais

Amor à arte

30



Navegando na Internet

Open Access Scholarly Publishers Association (OASPA)

36

SEDE NACIONAL

Av. 5 de outubro 104, 4º 1050-060 Lisboa
Telefone: 217 995 660
Fax: 219 995 661
Email: snesup@snesup.pt
Coordenadas - 38.742787 N - 9.1485938 W

SEDE DE COIMBRA

Rua do Teodoro, 8 3030-213 Coimbra
Telefone: 239 781 920
Fax: 239 781 920
Email: snesup.coimbra@snesup.pt
Coordenadas - 40.12101 N - 8.24385 W

SEDE NO PORTO

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60, 1º (Rotunda da Boavista) 4100-357 Porto
Telefone: 225 430 542
Fax: 225 430 543
Email: snesup.porto@snesup.pt
Coordenadas - 41.1579648 N - 8.6304681 W

PROPRIEDADE: SNESUP, www.snesup.pt **ABR/MAI/JUN** Periodicidade trimestral **ADMINISTRAÇÃO** Av. 5 de outubro 104, 4º 1050-060 Lisboa | Telefone: 217 995 660 | Fax: 219 995 661 email: snesup@snesup.pt **DIRETOR:** Paulo Peixoto **DIRETORAS-ADJUNTAS** Catarina Fernando, Teresa Nascimento **CONSELHO EDITORIAL** Álvaro Borralho, Catarina Fernando, Gonçalo Velho, João Leitão, Mariana Gaio Alves, Paulo Ferreira da Cunha, Teresa Nascimento **PRODUÇÃO E EDIÇÃO** Beatriz Arnaut, Francisco Lopes, Mariana Vidigal | Registada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social com o número 125898 **TIRAGEM** 5000 exemplares **DEPÓSITO LEGAL** 180504/02 **ISSN** 2183-2110 **ESTATUTO EDITORIAL** <http://www.snesup.pt/cgi-bin/artigo.pl?id=EEVZFpAEpMzpsAKEX> **PREÇO:** 5€ **ASSINATURA DE 5 NÚMEROS:** 25€ **CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS** Noel Portugal; Thomas Hawk via Visual Hunt; martins.nunomiguel via VisualHunt.com / CC BY-NC-SA Kenteegardin via Visual Hunt/CC BY-SA.

O Desafio

Os tempos recentes ajudam a perceber que aquilo que consideramos como questão básica e fundamental assenta sobre um longo processo de reclamação. Não verteu como dádiva adjacente ao crescimento económico, ou por decisão da exclusiva iluminação de um soberano. O fim da escravidão, a regulação do trabalho infantil, o salário mínimo, a consagração da igualdade de género, todas estas questões, resultam de um intenso processo de reivindicação, vistos na sua maioria como exigências excêntricas, radicais, capazes de destruir a civilização, e/ou a economia, atentados ao senso-comum. A todo o momento temos sinais da ameaça a estas garantias, sendo que em muitos lugares é ainda tão difícil reclamar e garantir estes direitos básicos, como o era no século XIX.

Quando pensamos no Ensino Superior e Ciência é fundamental termos em conta esta questão. Tudo aquilo que é dado por adquirido pode ser posto em causa, tanto mais quando não exista capacidade de reivindicação.

A forma de organização das instituições alterou-se após a publicação em 2007 do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), com um claro desequilíbrio na forma de poder e da visão de sociedade. A concretização e composição dos Conselhos Gerais demonstra de forma clara esse enquadramento, em ambos os sentidos.

Por um lado, o reforço do poder de reitores e presidentes, com base em redes clientelares de poder, semelhantes aos Big Man melanésios estudados por Sahlins (Sahlins, 1963). É notório o sentir de que nestas redes predomina uma lógica de Dádiva, assente na reciprocidade e redistribuição. Tal merecia uma ainda maior atenção por parte dos nossos antropólogos, sendo que dessa investigação adviriam, porventura, resultados interessantes, quem sabe senão mesmo com capacidade de colocar em causa a ideia de “sociedade avançada”.

Talvez, como ilustração cabal deste ponto, num quadro social mais generalizado, é a

atenção dada a séries que assentam em estruturas de poder próprias de chefados, como o caso da famosa série “Guerra dos Tronos”. Na maioria dos casos, que vão desde o departamento à reitoria/presidência, podemos assistir a vários Macbeth, fragilizados na confiança do seu poder, sentindo uma ameaça constante sobre si próprios, procurando por isso afastar possíveis usurpadores, numa forma mais ou menos consciente de que a sua própria soberania advém, também ela, de uma qualquer usurpação. A resposta assenta num clima militar, em que a receita da Rainha de Copas do País das Maravilhas prevalece sobre os demais. A competição sobrepõe-se assim à cooperação, sendo esta última muitas vezes reservada para quadros transitórios de aliança, cujos intuitos assentam mais sobre o individual do que no coletivo.

Por outro lado, temos o privilégio do sucesso monetário e financeiro como elemento de referência do sucesso pessoal, incorporado na figura do empresário, elemento individual que é premiado e justificado em exclusivo pelo valor da sua acumulação financeira, ao qual é dado um lugar de elite, num sistema oligárquico, onde é capaz de determinar e influenciar a política das instituições, independentemente do seu contributo, experiência, ou conhecimento das mesmas, com a exclusão da paridade da representação da comunidade académica e de outras partes interessadas da sociedade, sobretudo aquelas que assentem numa natureza coletiva.

À possibilidade de instituições mais democráticas, mais transparentes e mais abertas à sociedade, assistimos à contravolta, com um contágio através de redes locais de poder, de práticas baseadas na reciprocidade de favores e trocas, tendencialmente pouco claras, associadas à instituição de lógicas oligárquicas, predomínio nos discursos e práticas tendentes a relações comerciais, que demonstram um conjunto de transbordamentos abertos pelo RJIES.



GONÇALO LEITE
VELHO



PHOTO VIA VISUALHUNT

Daqui podemos retirar várias conclusões de um quadro ideológico, no qual o indivíduo se tornou primado, em detrimento do coletivo. Nesse mesmo enquadramento, a força de cada um não é igual, ou equivalente. Há aqueles que assumem o poder, dentro da referida lógica cada vez mais militar e estratégica e há os que se subjugam ao que é determinado (sob pena de serem trucidados caso o desafiem). Nos vários processos de consulta pública, ou audiência dos interessados, podemos assistir ao desenrolar desse desequilíbrio. Todos sabem que há aquele que é o soberano, juiz em causa própria e que assume uma voz diferente como um desafio ao seu poder que tem de ser penalizado.

Neste quadro, as solicitações aos sindicatos tornam-se constantes, sobretudo na forma de ações individuais litigantes, vendo-se no exercício do poder judicial o recurso último à possibilidade de justiça perante tamanho desequilíbrio político institucional.

É bom que olhemos para este desequilíbrio de frente. É bom que pensemos se esse é o verdadeiro papel dos sindicatos. Porque lentamente tornam-se uma espécie de DECO, à qual se pensa que se pode recorrer apenas no momento da dificuldade.

A diferença entre os setores, que sabem ser capazes de se organizar e através disso representar, é evidente. É isso que lhes confere força, ajudando a identificar e a valorizar a

própria profissão. É aqui que temos de agir no Ensino Superior e Ciência. É nesta lenta força, feita capacidade articuladora e mobilizadora de vontades, que reside o enorme desafio do SNESup. Nessa força diferenciadora, reivindicativa, representativa. Sem essa capacidade, o plano resultará sempre e cada vez mais inclinado. O desafio está até nesse simples e definidor momento em que se decide se é, ou não, sindicalizado. Esse é também, cada vez mais, a diferença entre se ser o exercício de uma profissão digna, ou um tarefeiro desapoderado. •

REFERÊNCIAS:

Sahlins, M. (1963). Poor Man, Rich Man, Big Man, Chief. *Comparative Studies in Society and History*, 5, 285–302.

Garantias de participação dos associados na vida sindical

**AO PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL
ASSUNTO:**

CONSTITUIÇÃO DE CORRENTE DE OPINIÃO.

Ao abrigo do Artigo 2º (“Reconhecimento da constituição de correntes de opinião”) da deliberação sobre “Garantias de participação dos associados na vida sindical”) adotada na Assembleia Geral de 10 de abril de 2003, vêm os associados signatários comunicar, com vista a reconhecimento, que se constituem em corrente de opinião, com vista, em geral, a promoção do debate sobre a orientação seguida pelo Sindicato, e em particular, a apresentação de propostas sobre a estratégia deste.

Juntam infra um texto que enuncia a sua presente visão sobre estratégia sindical.

Em 3 de março de 2016.

I – FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS NA PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS REIVINDICATIVAS

Entendemos que os associados devem participar através dos mecanismos previstos no Artigo 1º (“Debate de problemas profissionais e criação de estruturas específicas”) e com recurso as facilidades enunciadas no Artigo 3º (“Facilidades de participação”), ambos da deliberação sobre “Garantias de participação dos associados na vida sindical” adotada na Assembleia Geral de 10 de abril de 2003.

Consideram prioritária a realização de reuniões nacionais de associados sobre regime transitório dos estatutos de carreira, regime laboral do ensino superior privado, regime laboral dos investigadores, regimes de avaliação de desempenho e regimes de prestação de serviço do pessoal docente.

II – COLOCAR O APOIO JURÍDICO DO SNESUP AO SERVIÇO DOS ASSOCIADOS

No sentido de evitar a perpetuação de situações ilegais em regulamentos das instituições de ensino superior, que de modo geral vão sendo agravadas de revisão para revisão, entendem que o Sindicato deve fornecer advogado e pagar integralmente as despesas processuais em ações colocadas pelos associados que visem declarar ilegais disposições regulamentares em casos concretos por forma a, pela acumulação de sentenças, seja possível

**Consulte a proposta
aprovada no ponto 2 da
Assembleia Geral do SNESup
de 10 de abril de 2003**

<http://www.snesup.pt/cgi-bin/artigo.pl?id=EEVZFpEyFglskbeED>

suscitar a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral das referidas disposições.

A *Ensino Superior — Revista do SNESup* deve deixar de publicar opiniões jurídicas de “advogados do SNESup” sem qualquer suporte em decisões judiciais que objetivamente dão razão às entidades patronais em questões controversas e prejudicam posições defendidas pelos associados e/ou delegados sindicais, quer nas instituições, inclusivé em ações judiciais ainda em curso. Os associados do SNESup e os seus advogados são assim por vezes confrontados pelos dirigentes das instituições ou por um advogado da parte contrária com um “parecer do SNESup” ou um “artigo da Revista do SNESup” subscrito por outro advogado.

Os advogados do SNESup contratados para o apoio jurídico, não devem ser envolvidos na emissão de pareceres jurídicos ou nas ações judiciais em que estejam em causa conflitos relativos à aplicação dos Estatutos e Regulamentos do Sindicatos em interpretações.

III – GARANTIA DO FUNCIONAMENTO DEMOCRÁTICO DOS ÓRGÃOS DO SNESUP

As deliberações dos órgãos do SNESup apenas se devem considerar adotadas se estiverem preenchidos os requisitos legais ou estatutários relativos à discussão de propostas e à existência de quórum.

Os órgãos devem adotar regras em matéria de transparência e não acumulação de cargos sindicais e observar as que já decorrem da Lei, dos Estatutos e dos seus regulamentos internos.

Das deliberações da Comissão de Fiscalização e Disciplina e comunicações que esta entenda dever emitir para todos os associados, deve ser dado total conhecimento a estes. •

**PAULO JORGE
MARCOS
CRUCHINHO**

Associado nº 3234
pjcruchinho@gmail.com

**ANTÓNIO JOSÉ
CARDOSO DE SOUSA
SIMÕES**

Associado nº 2084
ajsimoes343@gmail.com

Convocatória de Assembleia Geral Eleitoral

Nos termos dos artigos 12.º e 18.º dos Estatutos, e de acordo com o artigo 2.º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia-geral do Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e investigadores) para os dias 28 e 29 de junho, podendo continuar no dia 18 de julho, todos de 2016, a fim de se proceder à eleição dos órgãos nacionais:

- Conselho Nacional;
- Direção;
- Comissão de Fiscalização e Disciplina.

Os processos eleitorais para o Conselho Nacional, para a Direção e para a Comissão de Fiscalização e Disciplina são independentes, embora temporalmente coincidentes. Nos termos dos Estatutos, a eleição dos membros do Conselho Nacional, em cada um dos círculos, e a eleição da Comissão de Fiscalização e Disciplina (9 membros) processa-se de acordo com o princípio da representação proporcional.

A eleição da Direção (9 membros efetivos e 16 membros suplentes) processa-se pelo sistema maioritário de duas voltas, só havendo segunda volta se nenhuma das listas obtiver um número de votos superior a ½ dos votantes. A segunda volta será disputada entre as duas listas mais votadas que, no prazo de 48 horas após a divulgação dos resultados da primeira volta, não tenham desistido.

De acordo com o artigo 13.º dos Estatutos, o número de membros a eleger para o Conselho Nacional por cada círculo, correspondente a cada Secção Sindical, é no mínimo de 1 efetivo, dispondo os membros eleitos por cada secção sindical, com não mais de 3 associados de voto meramente consultivo, enquanto esse número não for ultrapassado.

O mapa de lugares a preencher nas eleições para o Conselho Nacional será publicado em aditamento à presente convocatória, em <http://www.snesup.pt>, logo que afixados os cadernos eleitorais.

Chama-se a atenção para que as listas para os vários círculos eleitorais do Conselho Nacional podem conter efetivos e suplentes e não necessitam de ser completas.

O Regulamento da Assembleia-geral Eleitoral encontra-se publicado em <http://www.snesup.pt/htmls/EEVVZkAkEFR-jbpngB.shtml>

CALENDÁRIO ELEITORAL

Publicação da convocatória da Assembleia Geral Eleitoral: 9 de maio de 2016.

Afixação dos cadernos eleitorais: 13 de maio de 2016, nas três sedes.

Apresentação de candidaturas: até 30 de maio de 2016, às 18 horas, na sede nacional.

Ato público de verificação de candidaturas: pela Comissão de Fiscalização e Disciplina no dia 31 de maio de 2016, na sede nacional, das 18 às 20 horas, com comunicação das eventuais deliberações às listas apresentadas, cujos mandatários se consideram convocados para o efeito, e ao Presidente do Conselho Nacional, até ao fim do ato público.

Correção de deficiências nas candidaturas: até às 18 horas do dia 6 de junho de 2016, na sede nacional.

Ato eleitoral: 28 e 29 de junho de 2016.

Escrutínio público dos votos por correspondência, apuramento dos resultados, e proclamação dos eleitos: para o Conselho Nacional, Direção e Comissão de Fiscalização e Disciplina, no dia 6 de julho de 2016 das 15 às 18 horas, na sede nacional.

Reuniões entre a Direção cessante, e a Direção eleita, e entre a Comissão de Fiscalização e Disciplina cessante e a Comissão de Fiscalização e Disciplina eleita: para passagem de informação sobre os assuntos mais sensíveis, no dia 7 de julho de 2016, às 18 horas, na sede nacional.

Tomada de posse dos novos órgãos nacionais: 9 de julho de 2016, às 15 horas, na sede nacional, precedida de reunião para eleição da Mesa do Conselho Nacional, às 14 horas.

Havendo necessidade de segunda volta para a Direção, esta terá lugar no dia 18 de julho de 2016. O escrutínio público dos votos por correspondência, apuramento dos resultados, proclamação dos eleitos decorrentes da segunda volta, realiza-se no dia 26 de julho de 2016, das 15 às 18 horas, na sede nacional, e tomada de posse às 18 horas do mesmo dia, no mesmo local.

Oportunamente serão publicados os locais e horários de funcionamento das mesas de voto.

Lisboa, 9 de maio de 2016

O Presidente da Mesa do Conselho Nacional,
José Salgado Rodrigues

•

Relatório e Contas 2014

A consulta integral dos documentos está disponível em

<http://snesup.pt/cgi-bin/artigo.pl?id=EuFlkVuFApXbDQOMne>

A Direção do SNESup elaborou e submeteu à apreciação dos Conselheiros Nacionais e Associados do SNESup o Relatório e Contas relativos a 2014. O documento inclui:

1) o Relatório de Atividades da Direção, aprovado a 27 de fevereiro, retificado a 11 de abril e posteriormente corrigido, em função de recomendações resultantes de auditoria realizada por um Revisor Oficial de Contas e; 2) as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014, documento produzido pelo Técnico Oficial de Contas que tem vindo a colaborar com o SNESup e que acolheu também recomendações resultantes da auditoria realizada pelo Revisor Oficial de Contas.

O relatório reporta-se a 2014, ano em que se realizaram eleições para os Órgãos Nacionais do SNESup (Conselho Nacional, Direção e Comissão de Fiscalização e Disciplina) na sequência da Assembleia Geral Eleitoral que decorreu de forma descentralizada nos dias 25 e 26 de junho.

A Direção do SNESup em exercício tomou posse no dia 5 de julho de 2014 sendo que 18 dos seus 25 membros transitaram da anterior Direção, o que permitiu uma continuidade ao longo de todo o ano de 2014 do trabalho que vinha a ser desenvolvido.

Nos termos regulamentares, o Relatório é acompanhado por um Relatório reportado ao período de mandato da anterior Direção elaborado por três dos seus membros.

Em 14 de maio, a Comissão de Fiscalização e Disciplina emitiu um parecer desfavorável publicado no nº 53 da *Ensino Superior*.

A 23 de julho de 2015, o Presidente da Direção remete, para apreciação, o Relatório e Contas ao Presidente do Conselho Nacional, acompanhado da seguinte missiva:

No âmbito da competência definida na alínea f) do n.º 6 do Artigo 13.º dos Estatutos do SNESup, envio documentação em anexo com vista à apreciação do Relatório de Atividades e Contas relativas ao ano de 2014 pelos Conselheiros Nacionais na reunião do próximo dia 24.

Informo ainda que:

- 1. O Relatório de Atividades e Contas relativos a 2014 foram aprovados em reunião plenária da Direção do dia 27 de fevereiro de 2015;*
- 2. Os documentos em causa foram enviados à Comissão de Fiscalização e Disciplina (CFD) no dia 02 de março, para emissão do respetivo Parecer, tal como decorre da alínea f) do n.º 3 do Artigo 15.º dos Estatutos do SNESup;*
- 3. No dia 20 de março recebemos informação de membro da CFD referindo que o documento técnico relativo às contas de 2014 não estaria de acordo com a legislação vigente;*
- 4. Entre os dias 24 de março e 06 de maio trocámos inúmeras mensagens com membro da CFD com conhecimento na área relativamente ao documento em causa, pedindo-lhe que nos indicasse o que seria necessário ser corrigido. Dessas informações sempre fomos dando instruções ao TOC para proceder em conformidade e as respostas encaminhadas ao membro da CFD em causa para verificação;*
- 5. Atendendo às dificuldades em se obter um documento que pudesse ir ao encontro do solicitado pela CFD, reuniu a Direção com a própria CFD no dia 11 de abril onde, entre outros assuntos, se abordou a questão do relatório técnico e o trabalho do TOC e contabilista;*
- 6. Atendendo aos problemas reportados sobre as irregularidades identificadas pela CFD, solicitámos reunião ao Bastonário da Ordem dos TOC, que se realizou no dia 06 de maio, e para a qual convidámos a participar a Colega Teresa Godinho [da CFD];*
- 7. Da reunião citada e contactos posteriores*

- ficámos convencidos de que o documento, apesar de algumas correções ainda necessárias, estaria em breve em condições de poder ser submetido a apreciação pelos Conselheiros Nacionais;
8. Todavia, e apesar de toda esta colaboração, a CFD entendeu emitir, no dia 14 de maio, parecer no sentido da não aprovação das contas de 2014;
 9. Não especificando, em nosso entender, o parecer em causa os motivos circunstanciados que de facto justificariam tal decisão, solicitámos no dia 19 de maio informação detalhada e circunstanciada à CFD no sentido de poder instruir o TOC para proceder às correções necessárias no documento técnico relativo às contas de 2014;
 10. Tal resposta não chegou a ser enviada pela CFD à Direção até à presente data;
 11. Não obstante a ausência de resposta, a Direção entendeu instruir de imediato o TOC para proceder às devidas correções atendendo ao que era possível conhecer do parecer da CFD;
 12. Foi neste mesmo momento possível dar início a uma auditoria à situação financeira e contabilística do SNESup já aprovada pela Direção em Comissão Permanente no dia 07 de março de 2014;
 13. Do trabalho entretanto realizado pela auditoria, da responsabilidade do ROC Luís Quinaz, foi possível identificar um conjunto de situações a resolver e clarificar pelo TOC relativas ao exercício contabilístico de 2014;
 14. Os documentos técnicos relativos às contas de 2014 que agora apresentamos em anexo resultam assim do trabalho que foi desenvolvido pelo TOC, após recomendações do ROC, e que nos permitem ter a segurança de que os mesmos se encontram em condições de poder ser analisados e aprovados pelos Conselheiros Nacionais na reunião do próximo dia 24;
 15. Estamos ainda convictos de que os documentos agora apresentados, além de corresponderem às exigências legais em vigor, estarão ainda mais claros e percetíveis do que os documentos apresentados e aprovados em anos anteriores;

16. Esta nossa segurança é reafirmada, conscientes de que nunca esteve em causa a falta de transparência ou graves irregularidades nas contas do SNESup relativas ao ano de 2014, mas tão só questões técnicas para compatibilidade com o formato e práticas em vigor às quais haveria a necessidade de atender.

Pelo exposto, estamos certos de que os documentos aqui apresentados relativos ao Relatório de Atividades da Direção e Contas de 2014 estão em condições de poder ser apreciados com vista a aprovação pelos Conselheiros Nacionais no próximo dia 24.

Mais informo que conto estar presente na reunião do Conselho Nacional do próximo dia 24 visando apresentar e esclarecer as dúvidas que sejam colocadas pelos Conselheiros relativas aos documentos do Relatório de Atividades da Direção e Contas de 2014. Informo que estão igualmente disponíveis para participar na reunião, neste ponto da Ordem de Trabalhos, o TOC Luís Neves responsável pelo relatório técnico, bem como o ROC Luís Quinaz responsável pela Auditoria à situação financeira e contabilística do SNESup.

Esta missiva foi acompanhado do seguinte relatório de auditoria datado a 25 de julho de 2015.

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Sindicato Nacional do Ensino Superior (“SNESup”) as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2014, que evidencia um total de euros 1 389 448,69 (...) e um total de fundos patrimoniais de euros 1 353 845,55 (...), incluindo um resultado líquido negativo de euros 53 102,34 (...), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa para o período findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as entidades do setor não lucrativo em Portugal. ▶

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do SNESup, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, sobre aquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8, abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pela Direção, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangei também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o nosso exame proporciona

uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Até 31 de dezembro de 2014 o SNESup registava na contabilidade praticamente todas as faturas de fornecedores sem movimentar rubricas de terceiros, lançando-as diretamente contra as contas de caixa e/ou depósitos bancários, tendo a rubrica de fornecedores àquela data um saldo nulo. Em consequência, a 31 de dezembro de 2014, não foi possível obtermos informação que nos permitisse selecionar uma amostra representativa de fornecedores para procedermos ao pedido de confirmação de saldos. Desta forma, não nos é possível concluir quanto à adequação, existência e plenitude dos saldos de fornecedores e consequentemente os respetivos gastos a 31 de dezembro de 2014.
8. O SNESup em anos anteriores a 2014 procedeu à reavaliação do seu edifício sede, tendo gerado um excedente de reavaliação nos fundos patrimoniais que ascendeu a euros 66 232,07 (...). Adicionalmente, esse ativo no valor bruto de euros 485 259,95 (...) encontra-se a ser apreciado na totalidade por um período de 25 anos, sem que tenha sido deduzida a parcela relativa ao terreno, tendo resultado a 31 de dezembro de 2014 num valor de apreciações acumuladas de euros 368 734, 14 (...). Para além que o valor das depreciações acumuladas devesse ter em consideração a expectativa de vida útil do ativo, não obtivemos informação que nos permitisse obter o justo valor daquele ativo.

OPINIÃO

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do



KENTEEGARDIN VIA VISUAL HUNT/CC BY-SA

Sindicato Nacional do Ensino Superior a 31 de dezembro de 2014., o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as entidades do setor não lucrativo em Portugal.

ÊNFASE

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o seguinte facto:

10. As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2013 são apresentadas para fins comparativos, em cumprimento com o Sistema de Normalização Contabilístico aplicado às entidades do setor não lucrativo em Portugal. Fui nomeado em 2015 para efetuar a auditoria às contas para o período findo a 31 de dezembro de 2014, não tendo as demonstrações financeiras do período de 2013 sido auditadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período. •

Lista A candidata à Direção do SNESup

para o período de 9 de julho de 2016 a 9 de julho de 2018 (prorrogável até 9 de julho de 2019)



Gonçalo Cardoso Leite Velho
Escola Superior de Tecnologia de Tomar
Instituto Politécnico de Tomar
Professor Adjunto; n.º 3854



Raúl Carlos Godinho dos Santos Jorge
Faculdade de Ciências
Universidade de Lisboa
Professor Auxiliar; n.º 4764



José António de Sousa Moreira
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade do Algarve
Professor Auxiliar; n.º 2383



Mariana Teresa Gaio Alves
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade Nova de Lisboa
Professora Auxiliar; n.º 2137



Maria João dos Reis Matos Cebola
Escola Náutica Infante D. Henrique
Professora Adjunta; n.º 5314



Marc Marie Luc Philippe Jacquet
Universidade Aberta
Professor Auxiliar; n.º 2430



Maria do Rosário Múrias Bessone Mauritti
Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE
Professor Auxiliar; n.º 5883



João Carlos Pereira Mira Leitão
Escola Superior de Saúde
Instituto Politécnico da Guarda
Professor Adjunto; n.º 2671



Romeu António Videira
ICETA - Instituto de Ciências, Tecnologias
e Agroambiente da Universidade do Porto
Investigador; n.º 3350



Mandatário:
António Manuel Neves Vicente

SUPLENTE



Maria Luisa Dias Estriga
Faculdade de Desporto da Universidade do Porto
Professora Auxiliar; n.º 4768



Maria Teresa Duarte de Jesus G. do Nascimento
Centro de Competências de Artes e Humanidades
Universidade da Madeira
Professora Auxiliar; n.º 4197



José Alberto Madureira Salgado Rodrigues
Instituto Superior de Engenharia do Porto
Instituto Politécnico do Porto
Professor Adjunto; n.º 1899



Paulo Jorge de Sousa Oliveira Santos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Professor Auxiliar; n.º 2706



Ana Filipa Ferreira Colaço da Conceição
Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Instituto Politécnico de Leiria
Professora Adjunta; n.º 4822



Mário Paulo Martins Viana
Universidade dos Açores
Professor Auxiliar; n.º 1872



Paula Cristina Gonçalves Dias Urze
Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade Nova de Lisboa
Professora Auxiliar; n.º 3545



Liliana Isabel Teixeira Lopes
Escola Superior de Educação do Instituto
Politécnico do Porto
Assistente Convidada; n.º 5952



Miguel Duarte Antunes da Silva Jorge
Escola Superior de Tecnologia de Tomar
Instituto Politécnico de Tomar
Eq. Assistente de 1.º Triénio; n.º 5920



Sofia Alexandra da Conceição Tavares
Escola de Ciências Sociais
Universidade de Évora
Professora Auxiliar; n.º 6070



Miguel Lienhard Mendonça
Universidade de Aveiro / Escola Superior
de Tecnologia e Gestão de Águeda
Professor Adjunto; n.º 2322



Joaquim Manuel Sande da Silva
Escola Superior Agrária
Instituto Politécnico de Coimbra
Professor Adjunto; n.º 4525



Branca Maria Cardoso Monteiro da Silva
Faculdade de Ciências da Saúde
Universidade da Beira Interior
Professora Associada; n.º 5081



Maria Teresa dos Santos Hall de A. de Alpuim
Faculdade de Ciências
Universidade de Lisboa
Professora Catedrática; n.º 3458



Luís Manuel das Neves Belchior Faia Santos
Faculdade de Ciências
Universidade do Porto
Professor Associado; n.º 1695



Paulo Jorge Marques Peixoto
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra
Professor Auxiliar; n.º 1833

PROGRAMA DA LISTA A CANDIDATA À DIREÇÃO DO SNESUP 2016 - 2018

O SNESup Sindicato Nacional do Ensino Superior – Associação Sindical de Docentes e Investigadores – tem uma forte identidade que resulta de uma longa história de luta pela defesa do Ensino Superior e Ciência e pela dignidade do exercício da profissão dos seus Docentes e dos Investigadores.

Mais do que nunca, é necessária uma associação forte e independente, que trabalhe para a dignificação de todos, capaz de representar e de traduzir o conjunto alargado destas vontades, dando voz à reivindicação de um melhor Ensino Superior e de uma melhor Ciência: um verdadeiro Sindicato Nacional do Ensino Superior – Associação Sindical de Docentes e Investigadores!

O momento é de desafio. São cada vez mais notórias as falhas do modelo vigente que degrada a universidade, o politécnico, os laboratórios e centros de investigação.

É claro para todos que é necessário um espaço de representação, que permita intervir no Ensino Superior e Ciência, conferindo dignidade e trabalhando em prol da definição de uma verdadeira estratégia.

O espaço global em que se desenvolve o Ensino Superior e a Ciência é, neste momento, um espaço de competição com tendência a acelerar desigualdades. A Universidade como formadora de elites deslocou-se, sendo uma prática cada vez mais corrente que aqueles que se encontram nos níveis socioeconómicos mais elevados procurem que os seus descendentes sejam predominantemente formados nas universidades de maior prestígio global, sobretudo as do espaço anglo-saxónico, com garantia de acesso às redes dominantes onde circulam melhores salários e influências. O próprio espaço europeu modificou-se perante esta ameaça, denotando uma propensão para que os projetos privilegiem uma lógica assente em conceitos como “personalidades” e “excelência”, o que condena o Ensino Superior a um futuro desagregador com uma série de consequências.

Um dos impactos desta mudança incide sobre as próprias lógicas de financiamento que, ao privilegiarem a partilha de custos e a participação dos privados, tornam o sistema mais dependente do contexto socioeconómico vigente. A pressão para a formação nas redes globais de elite, leva a que aqueles que

possuem maior capacidade económica se afastem, aumentando as fragilidades do sistema de ensino superior. Este volta-se então para uma formação de nível intermédio, com custos mais reduzidos, penalizador da mobilidade social, com menores vencimentos e menos prestígio social.

Estamos a jogar num plano fortemente inclinado, que aposta no curto-prazo, na comunicação e imagem, nas redes de contactos privilegiados e de elite, cujo pragmatismo acentua o imediato e o individual, em detrimento de qualquer noção de coletivo, inclusivamente a própria noção de Estado-Nação.

É por isso, também, uma questão de geopolítica que tem implicações sobre a própria soberania, onde a frequência de instituições noutros países traz consigo laços de solidariedade, que importam nas dinâmicas de escala global.

Ter conhecimento destes fatores de escala global é preparar melhor a defesa do Ensino Superior e Ciência. Para tal é necessário um sindicato com amplo conhecimento destes movimentos, com contactos internacionais, que permita a compreensão do que vai sendo determinado pelas organizações internacionais (OCDE, Comissão Europeia, Banco Mundial) e do que sucede no Ensino Superior e Ciência noutros países.

Uma Associação Sindical de Docentes e Investigadores é, obviamente, uma instituição que percebe o valor do estudo e do trabalho académico. Importa, por isso, desenvolver, apoiar e aprofundar a investigação e a reflexão, por forma a melhor identificar disposições, caminhos e estratégias. O SNESup deve continuar a ser entendido como um ator que conhece profundamente a realidade do sistema de Ensino Superior e Ciência, ciente dos dados e estatísticas, reforçando-se enquanto elemento de referência para o setor.

Neste quadro global, a precarização e desvalorização do trabalho de docência e investigação não sendo um exclusivo de Portugal, torna-se para este uma das maiores ameaças. Manter um caminho de flexibilização e depreciação do emprego científico significará mais emigração qualificada e um desperdício acentuado de capacidade e talento. É por isso fundamental trabalhar para inverter esta situação, conferindo condições de estabilidade ▶

Lista A +SNESup

Um Sindicato de princípios, ideias e causas na defesa do Ensino Superior e Ciência!

e de valorização que se tornam vantagens competitivas, com capacidade para construir grupos de investigação e desenvolvimento com maturidade e qualidade, capazes de imprimir continuidade ao seu trabalho, com experiência nas suas matérias e suscetíveis de ser identificados como referência. Tal significa também condições de trabalho que permitam articulação e colaboração, livres de climas de coação ou chantagem.

A flexibilização e depreciação do emprego está associada a um desequilíbrio das relações laborais, que só poderão voltar a ser reequilibrados com uma intervenção fortemente representativa. O SNESup é tão, ou mais forte na sua ação, quanto o seu número de associados e a sua capacidade de mobilização. É por isso fundamental cimentar a posição do SNESup, permitindo que se assuma de facto como o Sindicato Nacional do Ensino Superior, a Associação Sindical de Docentes e Investigadores. É necessário ao país a existência dessa força com capacidade de congregação e de representatividade.

É fundamental combater a ideia de que um sindicato é algo a ser usado pelos agentes como arma nas suas situações de litigância e conflito individual. Um sindicato é uma reunião de vontades e de vozes, que com a força da sua representatividade consegue criar equilíbrios na balança do poder institucional. Esse equilíbrio é necessário e vantajoso para todos, sendo produtivo para o Ensino Superior e Ciência e para o país.

Os mecanismos existentes hoje na realidade institucional do Ensino Superior e Ciência denotam um enorme desequilíbrio: a voz de cada um é esmagada perante um poder reforçado e centralizado, que não possui qualquer caução. É por isso fundamental criar instituições que reequilibrem a relação de poderes e possuam uma ação orientada para o bem comum.

Os tribunais devem ser o lugar da aplicação da lei e da justiça, não sendo transformados no terreno predominante e único das lutas laborais. O grau elevado de litigância inerente à inexistência de mecanismos de equilíbrio no quadro das relações laborais representa um custo acrescido que deriva da incapacidade de construção de mecanismos que permitam o diálogo social.

É fundamental implementar um quadro de negociação, com simetria representativa, por forma a construir melhores organizações, servindo como fator de impedância à degradação do exercício da profissão e à

correção de problemas estruturais.

Tal significa a presença de um SNESup fiel aos seus princípios como Sindicato Independente, Sindicato de Causas, ativo, dinâmico, solidário, íntegro e atento. Essa fidelidade é o garante da sua própria liberdade, que lhe garante uma ação mais vasta e mais reconhecida.

Mantemos por isso a continuidade do trabalho desenvolvido anteriormente, incluindo:

- a dignificação das carreiras docentes e de investigadores no quadro do Ensino Superior para um desempenho eficiente das funções exigidas a estes profissionais;
- as condições de trabalho, com uma adequada compatibilização da vida profissional com a vida familiar, num quadro de desenvolvimento sustentado, assegurando uma efetiva melhoria do Ensino Superior;
- a independência da investigação, promovendo boas práticas de contratação em termos de emprego científico e docente essenciais a uma produção de conhecimento inovador e de qualidade;
- o reforço das oportunidades de mobilidade (com garantias) e formação dos docentes e investigadores indispensável à valorização do Ensino Superior.

Preservamos o compromisso de trabalhar em prol de:

- carreiras do Ensino Superior de elevado nível de exigência, qualificação e responsabilidade, garantindo a existência de sistemas justos e eficazes de avaliação e progressão;
- uma reposição salarial que reflita a dignidade das carreiras de acordo com as exigências que têm de ser feitas num Ensino Superior de qualidade (uma remuneração justa e correspondente aos respetivos lugares de carreira), com equiparação às demais funções como a magistratura, ou a carreira diplomática;
- um Ensino Particular e Cooperativo onde cada instituição tenha um corpo docente próprio, devidamente qualificado, que garanta a qualidade dos projetos educativos e o efetivo desenvolvimento de investigação científica no estrito cumprimento da legislação do trabalho;
- o debate sobre as grandes questões do Ensino Superior e da Investigação, retomando a realização dos Encontros do SNESup e continuando a apoiar e a patrocinar estudos e projetos ligados também às questões laborais e sindicais;
- um Sindicato que continue a ser um fator

+SNESup = +Ensino Superior e +Ciência

- de identificação e de coesão profissional;
- uma maior participação de todos os associados nas atividades do Sindicato, através da participação ativa nos seus órgãos, nos encontros que venham a ser organizados;
- um diálogo com toda a comunidade académica, fazendo interagir colegas, dando sentido à sindicalização e assim dando força à ação do Sindicato;
- um reforço da imagem do Sindicato junto da opinião pública;
- um diálogo com outras organizações sindicais e profissionais, numa base de reconhecimento do nosso carácter de Sindicato independente, do respeito mútuo e defesa dos interesses das suas classes e associados;
- a organização periódica e regular dos Congressos do SNESup.

Garantimos a defesa dos Princípios Orientadores do SNESup relativamente à Organização do Ensino Superior aprovados pelo Conselho Nacional:

1. O ensino superior deve contribuir para o conhecimento e o desenvolvimento da Sociedade, sem esquecer os direitos, aspirações e especificidades das IES e dos membros das suas comunidades.;
2. Portugal não tem ensino superior a mais, como demonstram as ainda reduzidas taxas de frequência e de qualificação da população face aos objetivos do país e da União Europeia;
3. A promoção e a manutenção de um leque diversificado de formações contribui para aumentar os níveis de qualificação superior de modo a atingir esses objetivos;
4. Para tal, deverão ser aproveitadas e potenciadas as capacidades das IES e das suas comunidades, através da alteração das restrições administrativas e financeiras que impedem esse aproveitamento;
5. Nesse sentido, deve ser assumida a via do mérito e da qualidade, permitindo às IES e aos seus docentes e investigadores ministrar formações nas áreas e nos graus para os quais tenham qualificações, de acordo com um referencial de competências exigente e objetivo;
6. Esta via deve ser consentânea com uma política que valorize e potencie o contributo que as IES dão para o desenvolvimento e para a coesão territorial, através

do fomento da qualidade e da atratividade nas instituições das regiões demograficamente desfavorecidas.

Ao nível de áreas de intervenção, propomos:

ÁREA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COMUNICAÇÃO E IMAGEM

- Intensificar a representatividade do SNESup, através do lançamento de uma nova campanha de sindicalização;
- Reforçar a aproximação e colaboração com outras associações representativas de profissões de elevada exigência técnica, intelectual e qualificação académica;
- Desenvolver o relacionamento institucional com os órgãos de soberania e os vários agentes políticos;
- Progredir na aproximação a instituições e estruturas sindicais europeias e internacionais, criando ou reativando contactos e parcerias, garantindo a presença e representação em fóruns internacionais;
- Incrementar a comunicação no plano internacional: quer articulando-a com movimentos como o da “carta aberta”/EuroScientist; quer procurando recrutar mediadores/representantes de investigadores e docentes nos países que têm vindo a beneficiar de forma mais visível da chamada “fuga de cérebros”, nomeadamente, a Noruega e o Reino Unido;
- Estabelecer articulação com estruturas complementares de representação coletiva, nomeadamente as Comissões de Trabalhadores, assegurando que não se concretize qualquer hipótese da sua instrumentalização e garantindo que possam assumir-se como plataforma de diálogo entre os trabalhadores de cada instituição;
- Potenciar a relação com os estudantes, incluindo reuniões com as suas associações representativas;
- Promover fóruns de discussão sobre temas como os efeitos do envelhecimento do corpo docente, o desgaste e a instabilidade laboral e os reflexos a qualidade do ensino, a propensão para o ensino à distância e o aumento do nº de alunos por turma;
- Evidenciar as razões objetivas que afastam, ou convidam a trabalhar no ensino superior e na investigação em Portugal, dando expressão e colaborando com outros estudos já produzidos relativamente à emigração qualificada; ▶

- Dinamizar a presença do SNESup no espaço virtual, nomeadamente no Facebook e no Youtube;

- Melhorar a página do SNESup na Internet;

- Procurar que a revista “Ensino Superior” possa ter uma cobertura ainda melhor das ações do sindicato, desenvolvendo um espaço de entrevistas sobre temas pertinentes, e implementar a sua edição em formato eletrónico;

- Criar uma coleção de obras da responsabilidade editorial do SNESUP sobre matérias relacionadas com o ensino superior em Portugal, nomeadamente analisando a evolução histórica do setor e comparando a realidade portuguesa com a de outros países;

- Fomentar a aproximação à COSEC, no sentido do estímulo ao emprego científico nas empresas e noutros parceiros tidos por convenientes;

- Continuar o trabalho de renovação da imagem do SNESUP, com o desenvolvimento de material de identificação e promoção.

ÁREA DE POLÍTICA REIVINDICATIVA E APOIO JURÍDICO

- Lutar contra o subfinanciamento do sistema de Ensino Superior e Ciência;

- Garantir a estabilidade dos vínculos enquanto princípio base e alicerce do sistema;

- Exigir o respeito pelas carreiras, nomeadamente em matéria de contratação e de horas de trabalho, denunciando e combatendo nas IES, junto da tutela e na comunicação social, todos os abusos e más práticas laborais;

- Lutar pela inversão das tendências de precarização do emprego científico, de envelhecimento do corpo docente/investigadores e de redução do financiamento público no ensino superior;

- Continuar a afirmar a negociação coletiva e a contratação coletiva no espaço do Ensino Superior e Ciência;

- Manter a pressão para a negociação e escrutínio dos regulamentos administrativos que emanam dos estatutos de carreira e de todos os atos administrativos que possuem consequências nas relações laborais e condições de trabalho;

- Exigir a aplicação dos ACEEPs e alargar a sua prática de negociação, em conjunto com todos os trabalhadores de cada IESP;

- Instituir a mesa negocial permanente com o MCTES;

- Negociar e aplicar um Acordo Coletivo de Trabalho para o ensino superior privado e cooperativo, que garanta a implementação do RDIIIP;

- Aprofundar a estratégia que coloca o SNESUP como parceiro negocial e consultivo junto da tutela ministerial, da AR, do CRUP e do CCISP;

- Sensibilizar os associados e poder político, para a reversão dos sistemas de governação das IES hoje altamente centralizados e inibidores da participação dos docentes, por forma à criação de um modelo de governação mais representativo e que reequilibre a relação de poderes dentro das instituições, permitindo alterar o clima de asfixia democrática que se vive no Ensino Superior;

- Propor que os conflitos em relações de trabalho, à luz do CTFP, sejam esgrimidos nos tribunais de trabalho;

- Criminalizar os dirigentes que implementam procedimentos ilegais no que respeita às relações contratuais de trabalho;

- Lutar pelo respeito pela proporcionalidade estabelecida nos estatutos de carreira relativamente às diversas categorias, incluindo os limites à contratação de convidados;

- Continuar a exigência de que seja paga a remuneração devida (por lei) aos colegas que venceram concursos para categorias superiores (mas continuam a auferir o salário da sua anterior categoria) e àqueles que obtiveram o título de agregado;

- Lutar pelo descongelamento das carreiras e pela progressão remuneratória, dando sequência aos processos de avaliação de desempenho com o devido aumento de vencimento resultante do mérito;

- Combater a degradação e a desvalorização da carreira que advém da contratação de professores convidados em condições indecorosas, reclamando o princípio de “Trabalho igual salário igual”, tendo em atenção que, com habilitações iguais, desempenhando as mesmas funções, avaliados nas mesmas dimensões (docência, gestão universitária, investigação e extensão), aos convidados são oferecidas condições de trabalho claramente desvantajosas, incluindo a desproporcionalidade das cargas letivas, com remunerações inferiores contratos a termo certo de 9/10 meses, com a interrupção nos meses de verão e a recusa do direito à exclusividade;

- Manter a promoção da resolução extrajudicial dos conflitos apelando à adesão ao Centro de Arbitragem Administrativa e à constituição de comissões paritárias em cada instituição;

- Acompanhar a produção legislativa da Administração Pública, designadamente a que tenha impacto nas carreiras especiais e

muito em especial nas carreiras docentes do Ensino Superior e na carreira de investigação científica.

- Monitorizar e garantir a aplicação das 35 horas de trabalho semanal ao Ensino Superior, com respeito absoluto pelos limites de carga horária estabelecidos pelos estatutos de carreira, reconhecimento do tempo necessário às várias atividades relacionadas com a docência, e devida compensação das horas extraordinárias;

- Manter a pressão sobre a tutela para que o art. 58º do RJES seja concretizado;

- Clarificar os sistemas de avaliação do desempenho, contestando os seus excessos e procurando uma maior justiça;

- Desenvolver barómetros, questionários e outros mecanismos de inquérito e aferição, monitorizando e caracterizando as condições laborais e a situação do sistema, tendo também em atenção a forma como estes instrumentos podem promover uma participação mais democrática, um controlo da representatividade das decisões, o debate e a postura de crítica.

ÁREA DE POLÍTICA EDUCATIVA, ORGANIZAÇÃO DO ENSINO E PEDAGOGIA

- Desenvolver e promover análises relativas ao sistema do Ensino Superior e Ciência, designadamente através da identificação e incentivo de estudos de as condições e relações de trabalho, à mobilização coletiva e adesão sindical e às organizações de trabalho;

- Contribuir para o conhecimento e valorização social da profissão académica;

- Promover debates e ações sobre questões pedagógicas no Ensino Superior;

- Contribuir para a melhoria dos procedimentos e instrumentos de avaliação pedagógica e apoiar os colegas que suscitem a necessidade de validação dos seus resultados;

- Analisar os mecanismos de progressão e o papel dos concursos nesse âmbito;

- Reverter as políticas de afastamento dos docentes dos processos de decisão das instituições, incluindo os processos de constrangimento à democracia, participação, paridade e representatividade;

- Promover uma mensagem de solidariedade e de ética entre os diversos agentes do ensino superior;

- Dar visibilidade ao “lado negro” das universidades-fundação, nomeadamente no que respeita aos recursos humanos, desmontando a ideia de que são uma solução milagrosa e polivalente.

ÁREA DE POLÍTICA CIENTÍFICA E APOIO AOS INVESTIGADORES

- Defender o princípio de que as bolsas devem ser reservadas apenas para a formação e que todo o restante trabalho de investigação deve ser efetuado ao abrigo de contratos de trabalho.

- Garantir que as necessidades permanentes do Sistema Científico Nacional são preenchidas por pessoal incorporado nos Estatutos de Carreira de Investigação Científica.

- Lutar para que no Orçamento de Estado distribuído para as instituições de ensino superior esteja inscrita uma rubrica claramente destinada à investigação científica, sendo que, esta rubrica, deve ser independente das verbas distribuídas para as UI&D, permitindo que em todas as instituições possam existir condições para desenvolver investigação científica.

- Aumentar a sindicalização e garantir a representação dos investigadores, independentemente da natureza do seu vínculo.

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL:

- Continuar a ampliar a representatividade do SNESup prosseguindo o caminho de aumento do número de associados;

- Reforçar a rede de delegados sindicais, com a introdução de mais mecanismos de incentivo para o exercício destas funções;

- Aumentar o número de protocolos e parcerias, bem como promover a sua divulgação junto da comunidade do Ensino Superior e Ciência;

- Promover a interligação entre as diversas sedes do SNESup.

- Trabalhar para facilitar e promover o acesso a Apoio Psicológico;

- Promover ações junto das IES Privadas, tanto junto dos docentes, no sentido de aí captar mais sócios, e assim conseguir uma maior representação, elaborando um levantamento para averiguar os tipos de contratações que cada uma pratica;

- Atualizar e melhorar o sistema informático dos serviços do SNESup, procurando implementar soluções na nuvem agnósticas no que respeita aos SOs e um sistema de gestão integrada para o apoio jurídico;

- Reforçar a visibilidade do SNESup nas áreas mais periféricas, com vista a cimentar a sua implantação territorial, e a contrariar lideranças déspotas e medidas autocráticas de determinadas instituições. ▶

Lista F candidata à Comissão de Fiscalização e Disciplina

Jónatas Eduardo Mendes Machado

Professor Associado com Agregação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, associado 545, é Mandatário da Lista constituída por:



Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Melo Bandeira

Professor Adjunto da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, associado 4827;

João Álvaro Poças Santos

Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, associado 4461;

Nuno Miguel Cavalheiro Marques

Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, associado 3146;

José Jasnau Caeiro

Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Beja, associado 2289;

Maria Teresa Candeias Godinho Henriques

Equiparada a Assistente da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, associada 2523;

Nuno Manuel Mendes Claro

Equiparado a Assistente do 2º Triénio da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, associado 4470;

Maria Francisca Merckx de Biver

Branco Xavier

Professora Associada com Agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, associada 1854;

Ana Olímpia Gonçalves Madeira de Brito

Assistente do Instituto Superior de Gestão, associada 2819;

André Gonçalo Dias Pereira

Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da universidade de Coimbra, associado 5024.

1. Desde 2012 que somos CFD com contributo das valências académicas: Direito, Contabilidade, Letras e Engenharia Informática, em harmonia e coesão;

2. Procurámos manter os associados informados: Revistas nº 47, 1-3/2014 ou nº 50, 10-12/2014; nº 53, 7-9 de 2015; nº 54, Maio de 2016. Identificámos desconformidades nas contas de 2014 do SNESup e levámos à sua reformulação. Continuaremos a divulgar as nossas intervenções, recorrendo ao correio electrónico.

3. Prioridades:

3.1. Apoio jurídico: analisar as opiniões dos associados. Incentivar o SNESup a colocar acções colectivas ou dar apoio a acções individuais de impugnação de normas nos regulamentos das instituições. Definir critérios de admissão de contratos dos advogados do Sindicato. Impedir o uso abusivo do apoio jurídico;

3.2. Pacificação do Sindicato: a CFD cessante tem recebido queixas disciplinares contra colegas que tem indeferido por falta de fundamento e até falta de percepção da distinção entre exercício de direitos e indisciplina. Algumas das queixas até nos têm chegado “com proibição” de conhecimento ao visado ou com anúncio da existência de supostos crimes. Tem de haver aqui um esforço de PACIFICAÇÃO.

3.3. Controlo financeiro: priorizaremos compras de imóveis, assessorias, gastos com advogados que não se destinem a apoio jurídico, concessão de empréstimos a associados pelo Fundo de Greve e Solidariedade e recuperação das importâncias em dívida. Tem de haver um esforço de TRANSPARÊNCIA. Contamos com a colaboração da Direção, da Contabilidade e/ou ROC.

4. Pela 1ª vez, duas candidaturas para a CFD: uma, a nossa INDEPENDENTE, outra ligada à direcção cessante, que nos últimos mandatos tem também indicado os presidentes do C.N e da Mesa da A.G. A transparência do sindicalismo tem para nós um valor insofismável. Os órgãos directivos têm acesso à gestão de centenas de milhares de € e a fiscalização de tudo isto tem de ser feita com absoluto rigor e de forma INDEPENDENTE.

P’Lista Recandidata à CFD, Gonçalo S. de Mello Bandeira e Colegas.

Lista P candidata à Comissão de Fiscalização e Disciplina

António Manuel Neves Vicente

Professor Auxiliar da Universidade da Beira Interior, associado 4161, é Mandatário da Lista constituída por:



Henrique José Curado Mendes Teixeira

Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologias de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, associado 2500;

Rui da Assunção Esteves Pimenta

Professor Coordenador da Escola Superior de Tecnologias de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, associado 3871;

Maria do Rosário Pereira Cardoso dos Anjos

Professora Auxiliar do ISMAI - Instituto Universitário da Maia / ULP - Universidade Lusófona do Porto, associada 2905;

Jorge José Martins Rodrigues

Professor Coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa, associado 2849;

Isabel Celeste Monteiro da Fonseca

Professora Auxiliar da Escola de Direito da Universidade do Minho, associada 6157;

Mariana Curado Malta

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto do Instituto Politécnico do Porto, associado 5577;

Ana Catarina Rocha Mendes Fernando,

Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da Madeira, associada 4175;

António Manuel Amaro Calheiros da Silva

Equiparado a Assistente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra do Instituto Politécnico de Coimbra, associado 3596;

Helena Maria Santos de Oliveira

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto do Instituto Politécnico do Porto, associada 3505.

A lista que decidi encabeçar, candidata à Comissão de Fiscalização e Disciplina do SNESup para o período de 09 de julho de 2016 a 09 de julho de 2018, prorrogável até 09 de julho de 2019, tem subjacentes três ideias fundamentais:

A sua dupla natureza, ao ser-lhe estatutariamente conferida competência de fiscalização [daí a designação de comissão de fiscalização], mas também sancionatória [a determinar a designação de comissão de disciplina]. Estas competências consubstanciam a sua natureza de órgão meramente jurisdicional interno, face à teleologia do SNESup;

Do antedito ressalta a natureza instrumental da CFD face à referida teleologia do SNESup, em particular os dois primeiros objetivos expressos no artigo 2º dos seus estatutos, de defesa e dignificação do exercício da docência e da investigação científica, bem como de defesa dos interesses sócio-profissionais dos docentes e investigadores do ensino superior independentemente da natureza do seu vínculo, da sua categoria profissional e do seu regime de prestação de serviço;

Consequentemente, os membros da CFD, à semelhança dos magistrados, devem guardar reserva sobre os assuntos que lhes sejam submetidos à apreciação, ainda que por iniciativa do próprio órgão, bem como o máximo recato no desempenho das suas funções no âmbito da vida associativa.

Este é a singela aspiração que se pode e deve esperar da Comissão de Fiscalização e Disciplina do SNESup que exercerá o seu mandato no período de 09 de julho de 2016 a 09 de julho de 2018, prorrogável até 09 de julho de 2019. Neste sentido decidi encabeçar uma lista que é essencialmente paritária entre mulheres [5] e homens [4], integrando-a distintas formações académicas, do desporto [1] às ciências da informação [1], à estatística [1], à gestão e contabilidade [3] e ao direito [3], incorporando ainda o ensino superior privado e cooperativo, estando inteiramente convicto da capacidade e dedicação dos seus membros.

Henrique Curado

•

HORA CREPUSCULAR: NECESSIDADE DE BALANÇO E REFLEXÃO¹

CONSIDERAÇÕES EM JEITO DE BALANÇO

A apresentação deste relatório de atividades é coincidente com o final do mandato de Diretor da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, iniciado em 8 de fevereiro de 2000. Na altura a função tinha a designação de ‘Presidente do Conselho Diretivo’, tendo sido exercida até 10 de maio de 2010; a de ‘Diretor’ passou a vigorar com as alterações estatutárias da U. Porto e da FADEUP, à luz das determinações do *RJIES – Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior*. A eleição e a reeleição para o cargo de Diretor (Presidente do Conselho Executivo), ambas por votação unânime do Conselho de Representantes, acontecerem em 11 de maio de 2010 e 14 de novembro de 2014, respetivamente.

Mais ainda, ao final do mandato de Diretor junta-se o termo da carreira académica do Professor.

Estas coincidências correspondem, pois, a

uma espécie de fecho de ciclo e abertura de outro. Seria, portanto, natural, que elaborasse um extenso relato sobre os últimos 16 anos da vida da Faculdade e da U. Porto; e que desfilasse um longo rosário de conjecturas acerca do futuro. Contudo, não seguirei aqui por esse caminho. E porquê?

Em primeiro lugar, porque serão, em breve, editados três livros da minha autoria, incluídos no âmbito das comemorações dos 40 anos da Faculdade, a saber:

- Atitudes em dias difíceis
- Diários de bordo e da indignação
- *ABALOS NA TORRE DE MARFIM – caminhos e desatinos da Universidade*.

Creio, sem falsa modéstia, que eles contêm matéria suficiente para um ajuizamento da obra e do obreiro, do papel por ele cumprido, ao leme da Faculdade, na defesa dos princípios fundadores da Universidade e da missão do ensino superior.



**JORGE OLÍMPIO
BENTO**



1
Texto introdutório ao
Relatório de Atividades
2015 da Faculdade de
Desporto da Universidade
do Porto.

Em segundo lugar, este relatório contém a mensagem de despedida, às portas da jubilação, enviada, como Diretor e Professor, à comunidade da U. Porto e da FADEUP.

Nesta conformidade exara-se aqui uma ligeira resenha de acontecimentos e involuções que marcaram os últimos 10-12 anos da Universidade, emergentes durante o mandato do primeiro Conselho Geral e os mandatos do anterior Reitor. Eles geraram sequelas, cujos efeitos afetaram e ameaçam afetar, por bastante tempo, a vida da instituição e dos seus membros. Não pretendo forçar as palavras, mas os problemas resultantes do reformismo messiânico constituem bombas de relógio, instaladas no seio da U. Porto e a aguardar clarificações e tomadas de decisão que as desativem.

Os diversos itens do enunciado não são objeto de atinente discussão; move-me apenas o intuito de oferecer uma ementa de assuntos carecidos de reflexão urgente, na expectativa de que a comunidade académica queira romper o conformismo e o silêncio, acordar da letargia e sair do escuro e triste sarcófago, no qual, por vontade própria ou demissão, se deixou encerrar. Para tanto deve começar por entender que se aplica ao estado da U. Porto este dito sobejamente conhecido: “Nem tudo o que reluz é ouro, nem tudo o que balança cai.” Sobre tudo a primeira parte do aforisma.

1. ELENCO DE ASSUNTOS CARECIDOS DE REFLEXÃO

Triunfo da ideologia neoliberal em toda a linha

À cabeça de todos os itens que, de seguida, se apresentam, está a elevação das ideias neoliberais à categoria de bíblia (des)reguladora da globalização, do curso da política, do governo das instituições internacionais e nacionais.

O neoliberalismo adentrou também a universidade; esta vem sendo instrumentalizada

O RJIES e o Processo de Bolonha constituem duas das principais colunas de suporte do edifício neoliberal no setor universitário.

gãos e membros estão a trair a sua missão, sem que se deem conta da colonização ideológica.

O RJIES e o Processo de Bolonha constituem duas das principais colunas de suporte do edifício neoliberal no setor universitário.²

Com muita emoção o formulo: o ultraliberalismo está a matar o sonho de um mundo melhor, que a minha geração acalentou. Vamos sair de cena, assistindo desiludidos ao avanço da configuração de ideias, de políticas e medidas ultraliberais que, sob a capa de uma falsa democraticidade, escondem o seu pendor neofascista, promovendo a vida faustosa para uma elite e impondo a vida sacrificial à maioria das pessoas. Mais, a perspetiva ontológica da vida como valor supremo foi pervertida, transformando-a num meio instrumental.³

Isto, insisto, não sucede somente fora da muralha da Universidade; também nela se observa o culto de tal fideísmo. Cortes nos salários, impedimentos de progressões nas carreiras e de renovação do corpo de docentes e funcionários não docentes, contratos com precariedade de vínculos laborais e com baixas remunerações, proletarianização dos servidores, multiplicação de Sísifos de carne e osso, etc., tudo isto evidencia que, no território universitário, *Tanatos* leva vantagem e poisa a pata sobre *Eros*. As nuvens da escravatura e da lei da selva abatem-se sobre ele.

Como reagem a Universidade e a maioria dos seus membros perante o crescendo de monstruosidade e sordidez? Para onde se ausentaram? O que é que despertam neles a gravura e o lema da Minerva, que a U. Porto exhibe no seu brasão? Porque rejeitam o

como fator de propaganda daquele, através das formas e dos órgãos de governação que adotou, e da linguagem nela predominante e divulgada. Nenhum outro sistema ideológico colocou, no passado e de modo tão ostensivo, a Universidade ao seu serviço e a seus pés como o pretensão neoliberalismo. Destarte, ela e muitos dos seus ór-



2

O vocábulo ‘neoliberalismo’ é inapropriado e enganoso. Com efeito, as ideias, que nele se acoitam, são velhas e não revelam um acrisolado amor pela liberdade. Esta é privilégio de alguns e não um bem universal, porquanto o alastramento da desigualdade, gerada pelas políticas neoliberais, cria graduações de liberdade real e cava um fosso de acesso a ela para a maioria crescente de indivíduos. A liberdade de escolha assenta numa rede complexa de condições que servem de pano de fundo do seu exercício (legais, educacionais, económicas, éticas, etc.). O termo ‘ultraliberalismo’ afigura-se mais adequado para designar a ideologia e prática política, que muitos autores classificam como ‘novo fascismo’, travestido de democracia. Será exagerada a classificação? Por acaso, o ultraliberalismo respeita o ideal de uma sociedade livre, justa, equitativa e solidária?

A apologia de uma economia que mata, o aprofundamento das desigualdades entre os super-ricos e a imensidão dos pobres, e a condenação da maioria das pessoas ao sofrimento, para engordamento e fausto de uma elite indecente, indecorosa e sem escrúpulos, iminentes às políticas ‘austeritárias’, perfazem um fascismo sem remissão, uma doença grave, com laivos de loucura.

3

Quanta razão assiste a este lamento de Imre Kertész (1929-2016), escritor húngaro e Prémio Nobel da Literatura: “O Ocidente, em geral, deveria olhar mais pelos seus próprios valores. Nem sempre vale a pena comprometê-los.”



Faculdade de Desporto da Universidade do Porto

convite de levantar voo com as asas do esclarecimento e de rasgar as trevas, quando estas invadem a alma, a mente e a conduta dos humanos? Compreenderão os desafios latentes na metáfora e no mito de Minerva, que Hegel (1770-1831) expôs num texto magistral e clarificante?

Os universitários primam pela indiferença face às dores, aos gritos e às implorações que ressoam ao seu redor; surdos e mudos, não demonstram afeição pelo princípio da responsabilidade, nem tampouco se apercebem de que eles e os seus descendentes (filhos e netos) constam no rol das vítimas!⁴

Processo de Bolonha

Este é particularmente dificultador para as Faculdades que viram reduzida a duração dos cursos, com a agravante de estes não estarem sujeitos ao reconhecimento de ordens profissionais.

Direta ou indiretamente, propositada ou inadvertidamente, a par dos seus brilhantes e envernizados objetivos, ele trouxe consigo uma série de 'danos colaterais':

- Rebaixamento do que é sólido e duradouro e portador de sentido. Enaltecimento e apreço do anódino, efémero, fácil, fugaz, instantâneo, irrelevante, líquido, 'kitsch', passageiro, superficial e volátil.
- Obesidade e superficialidade de competências e de conhecimentos fragmenta-

dos, aparentemente 'neutros', vinculados ao adestramento dos jovens para operações laborais, à sua redução a força de trabalho 'pura' e simples, descurando a qualificação da personalidade habilitada com um grau lidimamente 'superior'. No anverso e reverso desta medalha avoluma-se a anorexia cívica, ética e estética.

- Substituição da genuína formação (*Bildung*) pelo arremedo expresso na versão aligeirada e mesquinha da 'instrução funcionalizante'.
- Transformação da razão e da capacidade crítica dos estudantes em 'commodity' ou conformação ao 'mainstream' discursivo e prático.

Urge reagir ao vasto estendal de negativismo regressivo e ao desdóio da mímica do questionamento com uma atitude positiva e visionária. Atendendo ao chamamento contido neste pronunciamento de Miguel Torga (1907-1995: "O mal de quem apaga as estrelas é não se lembrar de que não é com candeias que se ilumina a vida."⁵

RJIES e cartilhas afins

A Universidade foi tomada por um esquadro de doutrinação e disciplinação que veio alterar a hierarquia das componentes da sua missão, e infernizar as relações humanas.

O RJIES é, simultaneamente, expressão e estimulação da submissão da universidade



4

Com a devida autorização do leitor, transcrevo parte do email que ele me enviou em 01.04.2016: "Tenho esta mesma impressão quando ouço as sinfonias de Mahler: são angustiantes por vezes, mas também têm luz a sair do seu interior convulso. Foram escritas no final do séc. XIX e na primeira década do séc. XX e, como muitos outros artistas da época, pressentiam as tragédias europeias que iriam ocorrer nas 4 décadas seguintes.

O ultraliberalismo é uma fase negra da evolução humana, como já houve outras: é, de facto, uma ideologia insinuante que já tomou conta das ("lavou" as) mentes dos jovens com capacidade de intervenção (25-40 anos) e as de outros mais velhos, estes quase sempre por conveniências pessoais e/ou de grupo. Ou por simples indigência mental.

O "encolher de ombros", a aceitação da fatalidade é o lugar-comum nas gerações universitárias atuais, que traduz uma fuga à inteligência, em boa parte porque a Universidade não está a cumprir o seu papel. Não se apercebem da ilusão: a continuar esta situação global, 90% deles (e seus filhos) vão ficar relegados para a minoridade económica e social, 5-7% vão aguentar-se razoavelmente e 1-2% vão chegar a lugares privilegiados. E isto ocorrerá independentemente da real valia de cada um e, mais profundamente, em sociedades económica e culturalmente mais frágeis. É a (re)instalação da "pobreza com redes sociais na Internet" que a Europa e outras sociedades ditas avançadas começam a sentir." (Luís Melo, Professor da Faculdade de Engenharia da U. Porto).

5

Miguel Torga, *Diário* (1948).

ao *'managerialismo'* e às suas mais distintas expressões, e a poderes externos. Ele consagra a era da gestão numérica, estatística e gráfica, cumprida por gestores mais ou menos autointitulados, reputados e enaltecidos como mensageiros de dogmas irrefutáveis, que conduziram a Universidade para uma crise sem fim à vista. Usa-se, abusa-se e manipula-se a estatística, os gráficos e números para tudo e para nada, a não ser para driblar os cidadãos incautos e subestimar os seus justíssimos anseios e direitos, acordando e avivando a constatação de Andrew Lang (1844-1932), escritor escocês: "Alguns usam a estatística como os bêbados usam os postes: mais para apoio do que para iluminação." Mais para encobrir os desvarios e pôr vendas nos olhos do que para desnudar a multitude de facetas do real.

As bitolas da *'eficácia'* e *'eficiência'* impuseram aviltantes e deprimentes sistemas de avaliação e fiscalização (p. ex., SIADAP), que se assemelham aos métodos de controlo, observação e vigilância do *'panótico'* usado por um Estado disciplinar, policial, prisional e punitivo.⁶

Métricas e *'rankings'*, *'bibliometria'*, *'permanência'*, *'peer review'*, *'fator de impacto'*, a poção mágica da *'competitividade'* e do *'empreendedorismo'* como garantia de *'sucesso'* e outros delírios quejandos, em resumo, toda esta *parafernália 'reformista'* e *febre produtivista* sobrepuseram à qualidade a quantidade, perverteram a missão da Universidade e a função dos docentes, acarretando a nítida desvalorização do ensino, das aulas e da formação, geraram inimizade ao livro e abandono da sua leitura, abastardamento da linguagem, afundação da competência oratória e retórica, da expressão escrita e oral.

O novo herói e taumaturgo, merecedor de canonização, entronização e premiação, de adulações, hossanas e louvores, de genuflexões, reverências e vénias, no areópago universitário, é o minúsculo *homo efficiens*

e *faber*, um *animal laborans* que reproduz a condição de escravo e o comportamento de idiota, porque de criatura livre e de Ser criador não possui rigorosamente nada.

Lá fora, nomeadamente nos EUA, é perceptível e manifesta a reação a semelhante derivação. E, cá dentro, que adesão, empatia e empenhamento é que ela suscita?

A Universidade, saída do *RJIES*, é um artefacto da *'flexibilização'* e do *'pragmatismo'*. Sobra-lhe a pose verborreica, mas tem défi-

ce de substância Humanista e Iluminista. Na lapela ostenta um emblema luxuriante, e no pescoço pendura uma gravata de cor berrante; porém o seu coração sobrevive enfraquecido, sofrendo de arritmias, de paragens e de iminência de colapso, provocadas por arteriosclerose. Como agência de apregoamento, de marketing e de publicidade está em alta, não havendo sino

que se lhe iguale. Como Universidade autêntica e verdadeira entrou em falência. *Sic transit gloria mundi!*

Regime fundacional

A adoção e manutenção do regime fundacional têm, até cabal e convincente refutação em contrário, uma motivação exclusivamente ideológica, defensora do alinhamento mercadológico e das suas cristalinas e desinteressadas inclinações e recomendações.

Realmente, a transfiguração em Fundação não trouxe absolutamente nada de positivo à Universidade; ao invés, é claramente nociva a um clima de relacionamento sadio e transparente entre as estruturas centrais e as periféricas, institui terras de ninguém e estabelece mais um órgão de agravamento da sua burocratização, bem como do seu controlo (ou, no mínimo, intromissão) por forças externas e sociedades tão descaradas que deixaram de ser *'secretas'*. Estranhamente, nos balanços e discursos proferidos nas sessões oficiais é sempre afirmado profusamente que o regime encerra uma série de potencialidades, ▶

"Alguns usam a estatística como os bêbados usam os postes: mais para apoio do que para iluminação."

– Andrew Lang



6

O *'panótico'* é um modelo de arquitetura prisional, criado por Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo e jurista inglês, que possibilitava a vigilância total sobre os presos por uma só pessoa e a partir de um único posto de observação. Michel Foucault (1926-1984) viu nele a fórmula, a inspiração e o paradigma da *'sociedade disciplinar'* em que se transformou ou deseja transformar o governo liberal, melhor dizendo, neoliberal. O *'panotismo'*, duramente exorcizado e repudiado por George Orwell (1903-1950), expressa o fito de reduzir o número dos que exercem o poder, ao mesmo tempo que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido. Corporiza o intuito de compensar a ausência e a destruição do Estado com a disseminação de mecanismos de disciplina e de controlo de tudo e todos e por toda a parte, destinados a *'vigiar e punir'*. Digam-me que a Universidade não está a ser metida nessas varas!



que nunca são concretizadas nas palavras e nos atos. Porque se persiste na venda ou propaganda desta ilusão?!

Para que não se perca a memória, no tocante à U. Porto, assinale-se que o modelo foi imposto contra a opinião praticamente unânime dos órgãos dirigentes das Faculdades (Conselhos Diretivos, Científicos e Pedagógicos, e Assembleias de Representes), para o efeito convocados pelo Reitor de então.

Orçamento de Estado

A população portuguesa desconhece esta realidade: O Estado não transfere para as Universidades um orçamento suficiente para pagar os salários dos docentes e funcionários. Essa transferência fica muito aquém da satisfação de tal necessidade, para não falar na conservação dos edifícios, nos consumos energéticos e na aquisição de materiais indispensáveis a um funcionamento positivo e ao cumprimento da missão institucional. Porquê aceitam o CRUP e a comunidade académica esta situação, que não se verifica em mais nenhum país da União Europeia? Eis um enigma ou tabu que carece de ser quebrado.

O anterior Reitor da U. Porto, para justificar a adoção do regime fundacional, fazia alarde em dizer que a Universidade conseguia gerar receitas próprias, suficientes para dispensar a transferência do OE, que lhe era devido. Propunha assim a reconversão da missão institucional, inspirada numa visão *'managerialista'* e empresarial: doravante o foco dos docentes era esfalfar-se na oferta de cursos, na prestação de serviços e nos concursos a projetos, visando gerar receitas. A qualidade do ensino e da formação dos estudantes, e a da investigação passavam para segundo plano. Se não era afirmado com estas palavras, a formulação era em tudo semelhante e as consequências não a desmentem.

Refira-se que, também na rubrica do Financiamento do Estado, se tem registado uma perda contínua ao longo dos anos; de 2014 para 2015 ela cifra-se em 110 000 Euros.

Centralização dos serviços

O CRSCUP-Centro de Recursos e Serviços Comuns da Universidade do Porto, sob o disfarce de Serviços Partilhados e em nome da

bandeira da eficiência e diminuição de custos operacionais, surgiu devido ao apetite voraz de centralismo sem precedentes na U. Porto, acompanhado da vontade cega de esvaziar e debilitar as Faculdades, colocando os serviços mais relevantes sob o controlo daquele organismo.

O 'dossier' aguarda uma decisão a contento dos legítimos interesses da Universidade. Os custos operacionais e a burocracia aumentaram, recorre-se a entidades privadas para dar respostas mais ou menos atempadas e satisfatórias, a celeridade e qualidade dos serviços prestados, excetuando a área jurídica e a económico-financeira. Ou seja, também este ponto exige reflexão e decisão avisadas.

Fusão das Faculdades

Sem nada o justificar, a não ser um frenesi 'reformista' de cariz ideológico, dado o historial e o nível de desempenho a toda a hora enaltecido nos discursos reitorais, este desiderato foi colocado na pauta das reformas da U. Porto, gerando um ambiente de conflito e desagregação.

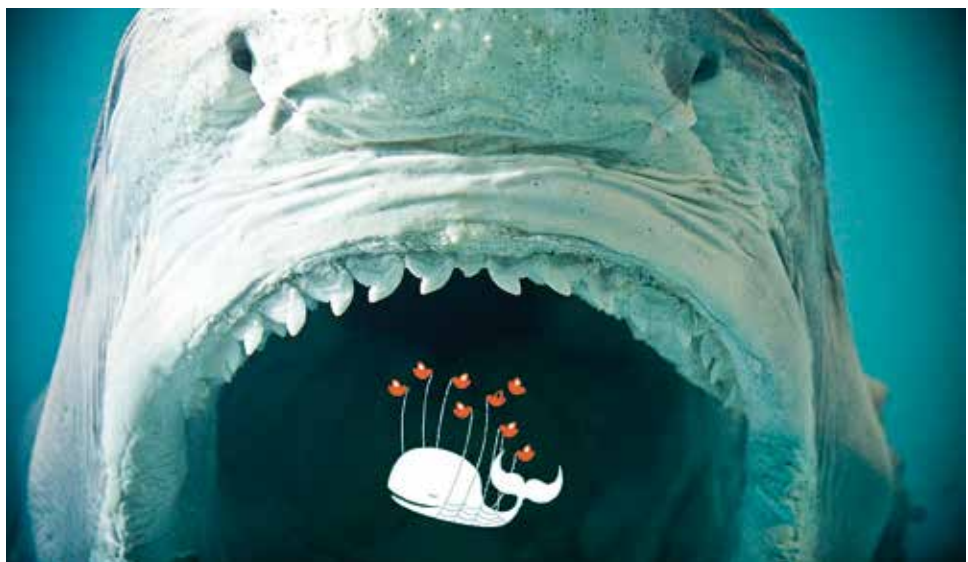
Igualmente nesta ambição se vê nitidamente a *manus longa* do credo ultraliberal: tornar os fortes ainda mais fortes, através do enfraquecimento e abate dos fracos. Ou, se preferirmos, confirma-se a proclamação do social-darwinismo: "Quem puder aguentar sobrevive, que não puder morre."

Por ter encontrado a oposição determinada da maioria da comunidade académica, o projeto não avançou, mas deixou o caminho aberto nos Estatutos da U. Porto com a figura do 'Agrupamento'. Fica aqui este registo como chamada de atenção para que ninguém se espante, se a fogueira voltar a ser ateadada.

Laboratórios Associados

Como é sabido, nos últimos 12 anos, os ventos ultraliberais dos ministérios de tutela do ensino superior e da ciência sopraram favoráveis ao florescimento de laboratórios

Doravante o foco dos docentes era esfalfar-se na oferta de cursos, na prestação de serviços e nos concursos a projetos, visando gerar receitas.



FOTOGRAFIA: THOMAS HAWK

associados, concederam-lhes roda solta e, na prática, legitimidade para estarem de costas voltadas para as Faculdades. A investigação desenvolvida nestas foi olhada com menoridade, atribuindo àqueles um estatuto de superioridade.

Também neste domínio se afirmou a lógica da cadeia de alimentação do tubarão. Era perfeitamente natural que as Faculdades fossem sacrificadas àqueles organismos. Isto é, a relação de subalternidade inverteu-se em prejuízo das Faculdades, da atividade nelas realizada e dos seus obreiros.

Quem olha para os edifícios entretanto construídos para esses laboratórios associados e organismos do mesmo género, e não ignora os constrangimentos financeiros que atingem gravosamente o funcionamento das Faculdades e a vida profissional dos seus membros (estagnação nas carreiras e ausência de renovação do corpo de docentes e funcionários), é obrigado a concordar e concluir que “nem tudo o que brilha é ouro”. Aqueles edifícios ilustram, de maneira eloquente, a conjuntura da Universidade: o sarcófago em que a sua ideia matricial se encontra sepultada.

Consequentemente, não podem ser adiadas para as calendas gregas a clarificação do relacionamento entre a Universidade e os laboratórios associados, a ponderação da

produtividade neles alcançada e a comparação com o que se realiza nas Faculdades. Creio que eles carecem de escrutínio, de ser redimensionados e colocados na efetiva dependência da Universidade e dos respetivos órgãos; as verbas estatais para o seu funcionamento devem ser repassadas para a Universidade e não diretamente para eles.

Haverá coragem para enfrentar quaisquer lóbis instalados, para desatar laços e nós com uma infinidade de pontas, e para dissipar conjecturas e objeções pertinentes, quicá injustificadas, que toldam os olhares de quem se debruça sobre este fortificado e nebuloso condomínio?

Perda de estudantes e de receitas

A política de austeridade (mais uma receita da cartilha ultraliberal e do seu economês e *‘financês’*) tem levado a um crescendo do número de jovens e das suas famílias sem os proventos necessários para pagar propinas. Pouco a pouco vão diminuindo as receitas provenientes das propinas. O que é particularmente visível na pós-graduação. De 2014 para 2015 houve uma perda de 103 000 Euros.

Junte-se a este valor a perda de cerca de 100 000 Euros na rubrica de Transferências Correntes e Subsídios à Investigação. A mesma tendência se verifica nas restantes rubricas. Para onde estamos a caminhar? »



Empregabilidade dos cursos e dos conhecimentos

A criação e a acreditação dos cursos, tal como das linhas de investigação, em função do inconsistente e infundado critério da *'empregabilidade'* requerem uma abordagem racional. Com efeito, não abona a sanidade de alguém olvidar a impossibilidade de pré-determinar a maior parte dos empregos que existirão a médio prazo; a senda da civilização é a da constante invenção e modificação da atividade humana e dos seus ofícios e profissões.

O fundamento decisivo para a implementação de cursos e de linhas de investigação deve ser o do seu contributo para alargar as margens da configuração dignificante da vida e da imaginação humana.

Perguntas incontornáveis

Hodiernamente é reconhecível, na Universidade (nos seus dirigentes, nos professores e estudantes), a escassez, para não dizer quase inexistência, de atitudes contemplativas, interrogativas e reflexivas. A aceleração e a dispersão temporal, a hiperatividade e o endeusamento da *'vida ativa'* transportam no seu bojo a acefalia e pobreza da estesia e indagação. As atividades e tarefas académicas atropelam-se e tropeçam umas nas outras, atomizam-se e têm a marca da agitação, da dissinchronia, da efemeridade, da fugacidade, da liquidação e do vazio. Falta um compasso que as estructure, hierarquize e reordene numa convivência saudável e mutuamente frutífera, e ponha termo ao regime de costas voltadas da *'ação'* e da *'contemplação'*, para que a primeira acolha a segunda.⁷

Descartes (1596-1650), eminente matemático, pensador e fundador da filosofia moderna, lançou-nos este repto: "Para examinar a verdade, é necessário, uma vez na vida, colocar todas as coisas em dúvida o máximo possível."

A intimação aplica-se, sobremaneira, aos dilemas e perplexidades com que se debate a Universidade na atualidade. Impõe-se parar para pensar! Haverá solução para tantos e tão enredados e intrincados problemas?

Para questões complexas não se dispõe de certezas e respostas acabadas, prontas e rápidas, caídas do céu como um meteorito. Não temos na manga fórmulas de salvação

miraculosa. Mas temos que estar à altura deles e da nossa responsabilidade neste tempo que nos tocou viver. Além disso, a identificação dos problemas não significa que exista uma solução exclusiva; há uma pluralidade de alternativas e justificações.

Para as encontrar, talvez o método seja desocultar o que está a acontecer, discutir as contradições, os antagonismos e impasses,

"Dar um nome ao que nos destrói ajuda-nos a defendermo-nos."

— Manuel Vasquez Montalbán

estar atento ao reverso sombrio do progresso, enfrentar os redemoinhos e lugares comuns da ignorância e contribuir para a sua desconstrução. Sim, tal como o conhecimento, a ignorância também se constrói; a de hoje foi e continua a ser objetivamente construída em todos os seus tons. Ela não é menos dogmática, fanática e supersticiosa do que a de outras eras; só se derruba com ideias, mas é preciso tê-las e dispor-se a lutar por elas.

A procura de remédios para o tratamento dos problemas começa com a sua nomeação. Manuel Vasquez Montalbán (1939-2003), jornalista e poeta espanhol, é assertivo: "Dar um nome ao que nos destrói ajuda-nos a defendermo-nos."

Por conseguinte temos que ressuscitar o verbo e pôr as bocas e gargantas a funcionar, nomear e questionar. As palavras não resolvem problemas, mas criam e avivam a consciência acerca deles. Fazem e irradiam a luz da revelação e são berço de gestação da solução. É de luz que tanto precisamos nesta hora crepuscular.

- De que janela e com que luz deseja a Universidade velar a vinda do futuro? E com que tipo de futuro almeja ter cumplicidade?
- Quer a Universidade reconfigurar-se como instituição de formação, ou persistir na via da formatação *'funcionalista'*, como



7

Muito a propósito, Peter Hanke pergunta: "Porque é que não se inventou nunca um deus da lentidão?"

Num tempo de tanta produtividade em todos os setores, ocasionada pela parafernália da tecnologia, que temos à nossa disposição, não é sinal de sensatez insistir na vertigem e velocidade temporal, na exaustão e voracidade das vidas. É chegada a hora da lentidão e paragem, de dar um salto de qualidade na senda da civilização. (Byung-Chul Han, *O Aroma do Tempo – Um Ensaio Filosófico sobre a Arte da Demora*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2016).

casa da erudição, da espiritualidade, do intelecto, da cultura e sabedoria, ou manter-se como caixa-de-ressonância e de amplificação do *'mainstream'* ultraliberal? Quer ser uma acrópole do pensar e imaginar, de contemplar e admirar o alto e belo, de discursos edificadores de pessoas autênticas, íntegras e inteiras, ou uma plaga de queda no abismo e pasmo, de adoração dos deuses menores desta era de absurdidade e falsidade, de adormecimento e menoscabo da cidadania e liberdade? Não lhe compete denunciar, criticar e sobrevoar a realidade, dentro da obrigatoriedade de iluminar a esperança de uma sociedade pletórica de humanidade, de um outro horizonte civilizatório que não o das agruras, ansiedades, barbáries, iniquidades e lágrimas, intencional e objetivamente produzidas, acrescentadas e agravadas por este desanimador presente?

- A sua nova e exaltante finalidade e vocação é a de ser uma *'fábrica de papers'*? É este o seu destino empolgante e a sua missão central e cimeira, e autónoma das outras?
- Sabendo que a investigação fundamental, livre e sistemática é indispensável para o avanço da ciência em todos os domínios, e constitui pressuposto para o bem-viver dos povos, como encara e valoriza a Universidade aquela exigência e se distancia das linhas de pesquisa imposta por modas e pressões das redes do poderoso império editorial?
- Satisfaz-se e inflama-se a Universidade com o prestar e sediar serviços, que deviam ser assegurados por corporações e empresas e, daquele jeito, aliviam estas do investimento em equipamentos e pessoal qualificado?
- Pressente-se na Universidade disponibilidade para a autointerrogação se estará ou não, com a sua deriva pragmática, utilitária e reverenciadora do putativo mercado, a cometer suicídio (porque não, genocídio?) científico e intelectual?

Tomo emprestada, e agito-a como um penção, a parte final do *Mandado de despejo aos mandarins do mundo*, de Álvaro de Campos (1917), um *alter Ego* inconformado e vanguardista de Fernando Pessoa: "O mundo quer

a inteligência nova, a sensibilidade nova. O que aí está a apodrecer a vida, quando muito, é estrume para o futuro. O que aí está não pode durar porque não é nada."⁸

Eu, da raça dos navegadores, afirmo que não pode durar. Eu, da raça dos descobridores, desprezo o que seja menos que descobrir um mundo novo. Ergo-me ante o sol que desce e, à sombra do meu desprezo, anoitece em vós, e proclamo isso bem alto, braços erguidos, fitando o Atlântico e saudando abstratamente o infinito."

2. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA: LEGADO E IMPLICAÇÕES

Há alguns anos, devido à radical alteração do sistema de financiamento proveniente do Estado, a Faculdade viveu uma grave crise financeira, sendo obrigada a contrair um empréstimo para o pagamento de salários. Esta circunstância envolveu, de igual modo, outras Faculdades. A FADEUP conseguiu ultrapassar a situação com medidas de gestão, que não vem ao caso explanar, implementadas por uma direção que sempre recusou a visão *'managerialista'* e rejeitou a aberração de que a Universidade e as suas Faculdades devam ser dirigidas por gestores profissionais.

No termo do mandato legamos aos vindouros algo que nos causa, simultaneamente, orgulho e preocupação:

- A situação financeira é positiva, sem termos descurado, tanto quanto nos foi possível, a conservação do edifício, a aquisição de bens indispensáveis ao bom funcionamento das atividades correntes, a garantia do serviço docente com contratos a tempo parcial, para não violar as balizas orçamentais legalmente estabelecidas, a realização de eventos contribuintes para a manutenção da reputação institucional, o aumento e melhoria do parque desportivo, o cuidado e embelezamento do espaço da Faculdade.
- Todavia, se forem abolidas as proibições legais do aumento de encargos, advenientes, p. ex., da reposição das remunerações, da abertura de concursos e do provimento de lugares dos quadros, da mais que urgente renovação do pessoal docente e não docente, a estabilidade será rapidamente rompida. ▶



8

Aos que, eventualmente, desdenharem do vate e o invetivarem de ultrapassado e velho, responderei que eles, sim, e não o poeta, estão mais caducos e mortos do que os *'anónimos'* habitantes do reino do grotesco deus Hades. Os poetas e utopistas são *'imortais'*, estão sempre vivos na consideração e lembrança dos povos, porquanto os seus escritos e juízos lavram o campo da humanidade em todos os tempos, presentes e vindouros.



Em síntese, os responsáveis pela Faculdade estão obrigados a um difícil exercício de equilíbrio das várias facetas que constituem o problema. E estão também obrigados a engrossar as fileiras que reclamem uma transferência de OE, como pressuposto para a continuidade da notoriedade que a Faculdade e a U. Porto usufruem no contexto nacional e internacional.

3. JANELA DE OPORTUNIDADE

A Universidade e a Faculdade têm a obrigação de prosseguir a busca constante de aperfeiçoamento e de ascensão a patamares de transcendência. Para tanto ressaltam de imediato à vista algumas pistas, a saber:

- Melhoria da docência, da qualidade das aulas e do ensino como instrumento primordial da formação (não *'instrução funcionalizante'*, hemiplégica, cega ou míope) dos estudantes nas suas múltiplas e recíprocas dimensões: científica, cultural, intelectual, cívica, ética e estética. Atente-se nesta advertência de Barack Obama: "Todos os dispositivos sofisticados e de wifi do mundo não vão fazer a diferença, se não tivermos grandes professores nas salas de aula." E não se escamoteie este ensinamento da experiência: a imagem dos docentes, que os estudantes transportam para fora dos muros da instituição e que perdura para além da duração do curso,

forja-se no cenário das aulas e dos ingredientes que o perfazem.

- Reabilitação do livro e da leitura.
- Docentes: não podem adiar a recuperação do papel de intelectuais e da função de intermediação entre as fontes do conhecimento e a sociedade, num tempo em que, paradoxalmente, o senso comum está a ganhar a batalha à razão. O Papa Francisco pode servir de exemplo encorajador; no 'paraíso ultraliberal' não existe falta de problemas requerentes de palavras desassombradas. Ou será que se contentam em ser meros castiçais de decoração na mesa de inquestionáveis poderes? Há causas e ideais, princípios e valores, deveres e imperativos fundamentais e perenes, supratemporais e universais, cuja observância não pode ser depreciada, delegada e transacionada, subordinada a interesses e propósitos acessórios e passageiros, imediatistas e utilitaristas, em detrimento do essencial e simbólico, estar à mercê de cálculos e conveniências ocasionais, de impulsos ideológicos e de fins propagandísticos, mesmo quando surgem sob a figura de argumentos que os dissimulam ou disfarçam, porém não anulam a sua gritante carência de decência e lucidez.
- O empreendimento deve ser assumido de duas maneiras. Em primeiro lugar,

emerge a revalorização da publicação de livros e documentos afins, voltados para as requisições do setor sócio-profissional, adstrito a cada área (no nosso caso: Educação, Escola, Exercício e Saúde, Gestão, Inclusão, Lazer, Ócio criativo, Reabilitação Funcional, Recreação, Treino Desportivo, etc.). Em segundo lugar, é diminutivo e indigno da Universidade esquecer a obrigação de se expressar para além dela, de não se fechar no seu interior, de tomar posições públicas e de intervir nos debates sobre os problemas que afligem a sociedade e humanidade, de falar em nome dos que não têm voz e precisam que alguém a levante por eles.

Enfim, afigura-se-me que a crise, que aflige a Humanidade e a Universidade, aconselha a escapar à atração do alheamento e do encolher-de-ombros e a optar, esforçada e porfiadamente, pela metamorfose apontada por Edgar Morin: “Não se pode reformar a instituição sem antes reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem antes reformar as instituições.”⁹

4. CONVICÇÃO E AGRADECIMENTO

Ao encerrar o exercício de funções oficiais, quer como diretor, quer como professor, desejo reafirmar, de forma bem explícita, a minha crença no futuro da FADEUP, na capacidade, no compromisso e na dedicação de todos os seus membros. A nossa Escola é única, no plano nacional como no internacional, pela conceção epistemológica e pela coerência de concretização do seu objeto. Ela seguirá em frente, levantando novos padrões e referenciais de aprimoramento, inspiração e superação, honrando e correspondendo ao significado etimológico do termo ‘*escola*’ (‘*scholé*’), enquanto lugar do ócio e da tranquilidade, de cultivo do belo, elevado e nobre para lá do útil e do necessário, de entrega à ‘*bios theoretikos*’, ao ‘*teorizar*’ e ao ‘*theorin*’, de calma e demora no pensar e contemplar as ‘coisas’ divinas, superiores e

Não deixem que a Faculdade se transforme num deserto de afetos.

virtuosas, o fulgor da verdade e da beleza no seu máximo esplendor, incluindo a corporal.¹⁰

Continuará, portanto, a ser estância de bem-estar, de gratificação e realização pessoal dos que nela estudam e trabalham. A minha disponibi-

lidade para caminhar ao seu lado é total, enquanto o meu contributo for tido por útil e as energias o permitirem.

Como refiro na mensagem de despedida em anexo, estou profundamente grato a todos os que me acompanharam, ajudaram e testemunharam ativa solidariedade na corrida que agora finda. Bem hajam em todo o tempo e lugar! Não sabemos quando chegará a hora da partida; mas sabemos que só levamos connosco aquilo que damos ao Outro.

Aos docentes, funcionários e aos estudantes desejo as maiores felicidades e venturas. Para os mais adentrados na idade: formulo votos de muita saúde e longa vida. Para os de meia-idade: almejo possibilidades de plena realização pessoal e profissional. Aos jovens: imploro que não renunciem à exigência de condições para o cumprimento dos seus sonhos e legítimos anseios.

A uns e outros dirijo dois pedidos:

1. Melhorem tudo o que existe; façam um novo e superior uso do existente, mas não destruam nada. O ímpeto destrutivo traz o diabo no ventre.
2. Não deixem que a Faculdade se transforme num deserto de afetos.

Porto, 6 de abril de 2016

(Jorge Olímpio Bento)

•



9

Edgar Morin, *A via para o futuro da humanidade*, p. 191. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

10

Aristóteles (nas obras *Ética a Nicómaco* e *Política*) divide a vida em dois campos: o do ócio (*skolé*) e o da falta de ócio (*a-skolia*), o da tranquilidade e o da falta dela. Mais, ele distingue três tipos ou patamares de vida do homem livre: a vida consagrada ao prazer (*hedone*), a que realiza coisas belas e nobres na pólis (*bios politikos*) e a da contemplação e admiração da verdade (*bios theoretikos*). Quão longe nos quedamos ainda da concretização desta utopia!



RELATOS DO BULE OU JACARANDÁS NO INFERNO

CAPÍTULO XIX - AMOR À ARTE

— A ligação está má... A ligação está má... —
Guilherme faz esforços para ouvir...

— Professore *Guigeldo*... – parece ter ouvido... Desligaram...

Guilherme ficou a matutar em quem poderia ser. Era uma ténue voz feminina... Seria ela? Não. Mas seria? Esperou ainda uns minutos.

Nova tentativa. Sobressalto.

— Professore *Guigeldo*... – parece ter ouvido...

Novo fracasso. Dividido entre o livro e o enlevo causado pelo enigmático telefonema, procura a lista telefónica. Ao cabo de pesquisas aturadas, marca as informações internacionais. Disca o número com avidez. Quer despachar aquilo depressa.

— Por favor, tentaram ligar-me agora, creio que de Itália. Não... deve ser de Espanha, e não encontro o número. Ah, como? Não? Ah, desculpe. E para que número? Sim. Obrigado. Disca o número indicado.

— Por favor, era para tentar saber o número... Como? Não é daí? Mas no número – como é o número? – Ah. No número disseram que... Mudou? Ah, muito bem.. Então? Não sabe qual o número?

Demorou uns bons três quartos de hora a saga em demanda de um número que detetasse o telefone da voz misteriosa. Em chamadas de valor acrescentado ia Guilherme perdendo, mais que a paciência, o próprio entusiasmo.

Desistiu. E arrependeu-se de ter largado a sua *História da Arte*, que realmente era, sem exagero, o presente amor da sua vida.

E sentiu-se um tanto identificado com os seus heróis (que a sua *História da Arte* tinha heróis: pelo menos a sua tinha-os) quando escreveu, cheio de ganas de esquecer o telefonema:

“Mas Leonardo parece dar o seu próprio rosto à *Mona Lisa*. Independentemente do arrojado (hoje já banalizado, porém) da interpretação, e de todas as conotações psicanalíticas, retenhamos dois aspetos apenas: por um lado, o enigma. Leonardo é enigma como o é a Gioconda. E, por outro lado, o preço da universalidade da dispersão de Leonardo: um certo sorriso permanente, que é autoironia, mas muita ironia face ao mundo também. Um provérbio oriental nos diz que devemos esconder-nos para bem rirmos da loucura do mundo. Leonardo não se escondeu, mas viveu no *sfumato* e no *claro-escuro* sob o manto diáfano da velatura de um sorriso. Como diz Gombrich: até o sorriso de Gioconda deveria poder mudar. Mas não. O artista afivela-o e cativa-nos com a sua mestria, mas não nos toca no fundo da alma.”

— Bela referência. Esse Gombrich é um génio. Mas olha que a *História* do Gombrich é um padrão muito alto. Sei que não estás a competir com o mestre. É sempre um acto de coragem escrever uma obra quando um



PAULO FERREIRA
DA CUNHA

mestre (um que seja) já levou o tema aos cumes. O curioso é que os arri-vistas não se comovem com o facto de serem anões frente a gigantes. Vêm-se num espelho de luna parque: distorcidos e sobretudo muito grandes. Sei que tu sabes bem da necessá-

ria humildade, nestas andanças. Sei que só te atreves a escrever esta obra porque o mercado está já infestado de medíocres resumos ou paráfrases, compilações e redundâncias. E acaba por ser um resgate escrever pela própria cabeça. Não é fácil explicar, mas eu entendo-te. Um dia, os mestres seriam esquecidos. Graças ao teu livro os grandes não serão esquecidos. E não só porque os citas. Porque lhes segues o exemplo. Vamos lá, deixa lá ler o que escreveste entretanto.

“Totalmente contrária é a personalidade de Miguel Ângelo, o qual, mais que humanista e universal no sentido de Protágoras, Terêncio, ou do Pico de Mirândola, é verdadeiramente também “nada más que todo um homem”. Sabemos que Miguel Ângelo, foi forçado a deixar os seus trabalhos escultóricos, seduzido e pressionado para pintar a Capela Sistina. E que relutantemente aceitou. Mas sempre assinava como sendo *escultor*. É o Buonarroti um homem de uma só peça. A sensibilidade melancólica dos seus poemas, as preocupações com a família (que sustentou e que o explorou), até as mais prosaicas angústias com as criadas que o roubavam (furtavam!) denotam uma inteireza de carácter que também se adapta bem à dureza da pedra, e sobretudo se adequam à imagem do intelectual fino e subtil, todavia solidamente fundado, com valores e de boas contas... um homem frugal, também.

É Miguel Ângelo um neoplatónico que entende a sua arte como um desbastar de um *númeno* ou de um arquétipo inteligível já presente no mármore ou no granito.

O escultor deve retirar o que está a mais, libertar essa “alma” prisioneira do bloco. E daí que Miguel Ângelo, sabedora e carinhosamente, tivesse escolhido praticamente todos

A sua «História da Arte», que realmente era, sem exagero, o presente amor da sua vida.

os seus blocos de pedra. Como o estatuariário do nosso Padre António Vieira, rasga na pedra os olhos, afila-lhe o nariz, abre-lhe a boca... até do bloco informe sair “um santo que se pode pôr no altar”.

— Não podia faltar esse texto do padre António Vieira. És previsível,

Guilherme. Navegas entre tópicos onde sempre aportas – e o bule sorriu, complacente e orgulhoso.

“O próprio Aristóteles, que era contudo um ser equilibrado, parece assinalar uma regularidade de carácter entre o melancólico e o homem de génio. A preguiça impede-nos de ir verificar se Teofrasto e La Bruyère o terão seguido nessa caracterologia. A verdade é que a melancolia de Miguel Ângelo pode volver-se em cólera, e o seu carácter indómito valeu-lhe rixas que lhe chegaram a deformar o rosto.”

— A preguiça, hein? Não, essa não podes escrever. Ou apagas isso, ou vais mesmo procurar o livrinho. Olha que eu vi por aí uma edição de *livre de poche*... Não dá assim tanto trabalho. Confessar a preguiça é que nunca. Não podes deixar distender a prosa. Que é isso? Cansaço? Continua amanhã. Para. Eu também já estou fatigado.

Estou a ver que não desistes. Bom, a mim custa-me menos. Eu sigo-te:

“Mas o corpo é para o nosso escultor apenas um invólucro da alma, e por isso ele posa para nós com o seu corpo esfolado (prefigurando, curiosamente, a “alma” do Conde de Orgaz, de El Greco).

Leonardo criara figuras extraordinariamente sedutoras. *A Virgem dos rochedos, a Santa Ana*, por exemplo, emanam uma luminosidade que impressiona ainda hoje. Rafael não era sincero quando escrevia a Castiglione que procurava em si, na sua imaginação, no seu interior, “um certo ideal” de beleza feminina. Rafael em boa medida o copiava de Leonardo.

Com Miguel Ângelo tudo é diferente. Não é tanto a beleza feminina nem a doçura ou o cativar da expressão que estão em causa. ▶

FOTOGRAFIA: NOEL PORTUGAL



É, antes, o *titanismo*. Os poderosíssimos nus masculinos irrompem pela cenas bíblicas ao ponto de alguém ter assinalado que a *Torah* não era propriamente um ginásio helênico. As suas sibilas seguem esse mundo de super-homens.

— Agora compreendo melhor a referência à preguiça. E também o estranho título que deste a este livro, embora provisório. Estás mesmo a dar um tom pessoal, propositadamente subjetivo, a tudo isto. E confesso que, não sendo o estilo acadêmico, estou a gostar... Vamos lá então ver...

“Hoje parece sem mais sentido a crítica ao débil colorismo do autor, depois do restauro da Capela Sistina. Pelo contrário: a força da cor inunda o olhar.

Mas a este apogeu titânico não está associado um hino à vida. Os pares dos escravos, ou o par da noite e do dia (grupo tumular para os Médicis) revelam um agudo sentido de contraste trágico da vida, e um travo amargo nos perpassa pela mente: o escravo subleva-se, mas outro se resigna; a alvorada desperta, mas o dia declina no crepúsculo. Poderia ler-se de outra forma, ao invés. Mas não. É assim que tem de ler-se.

Freud meditou largamente diante do *Moisés* de Miguel Ângelo, e dedicou-lhe um eruditíssimo e notável ensaio — *Moisés e o Mono-teísmo* —, em que reescreve a *história* da Bíblia. Não vamos aqui entrar em pormenores dessa narrativa primordial verdadeiramente

mítica, e mito-política (Girardet, Rezler e outros deliciar-se-iam com este discurso legitimador do *Êxodo*).

— É isso mesmo, cunhaste um estilo. És tu e a tua biblioteca mental em diálogo com a História da Arte. Será assim que dás as aulas? Pobres dos alunos, que não têm essas referências. Será certamente uma questão de sensibilidade, docilidade e simpatia amaremente ou abominarem-te. Poderiam aprender muito contigo. Mas vão precisar de um esforço enorme, porque não lhes dás definições, chavetas e chavões. Não estás a ensinar máquinas de decorar, robots de aprender, mas pessoas. Pessoas. E é tão raro haver Pessoas... *Homo sum*... Como deves ser incompreendido. Mas como gostaria de ser teu aluno eu. E lá vais tu, pelo Freud fora:

“Mas um ponto da argumentação de Freud (que visa destruir um mito fundador do judaísmo; ele que era judeu) nos é útil. O *Moisés* de Miguel Ângelo é um instantâneo de um momento preciso. Em que os judeus já se expandem em adoração do bezerro de ouro, e o interlocutor de Deus, indignado, reprime-se, encaracolando os anéis da barba como quem remói a ira, momentos antes de, num acesso de ira (*dies irae, dies illae!* — lembremos a força desse mote, muito mais tarde, no *Sétimo Selo* de Ingmar Bergman), quebrar as tábuas da lei...

Pois Miguel Ângelo é esse vulcão prestes a entrar em erupção. Com a tinta escorrendo-lhe

para os olhos quando, já ancião, pinta na Capela Sistina. Quando pinta deitado, ao ponto de depois mal poder sentar-se.

Mas Miguel Ângelo ultrapassou o seu *Moisés*. E terminará os seus dias com obras meio esboçadas na pedra, que já não têm época nem estilo (aliás para isso sempre caminhou). A *Pietà*, que deixa inconclusa, parece ser equivalente àquele poema de Antero de Quental em que o outrora cavaleiro andante, depois de ter visto o vazio do palácio da ilusão, se acolhe à mão divina, como que reencontrando a infância: “Na tua mão, na tua mão direita” O escultor não perdera a fé nunca, mas agora aborrecia já o prometeísmo e resignadamente, contritamente, deixava-se adormecer.

— Não vou criticar entreares em poesia. A Poesia é, para alguns sisudos académicos, de feito da ciência. Sabemos que não é. É adorno, nuns casos. Mas noutros é a única forma de se poder dizer o que se tem a dizer. Estes artistas da Renascença sabiam-no bem, e não faziam distinção entre ciência e arte. Parece que me lês o pensamento, *oh oh*:

“O conceito de arte de Leonardo inscreve-se, mais claramente que o de Miguel Ângelo, no programa renascentista como procura, verdadeira demanda e investigação da verdade. Trata-se de olhar a natureza e os clássicos, de estudar ‘cientificamente’ uma e os outros. Mas Leonardo é mais experimentador e mais próximo do seu ‘modelo’, velando a sua intimidade. Mestre de mestres, pioneiro de técnicas, enciclopédico, bem merece a associação ao “Filósofo” por antonomásia. É apolíneo, diriam alguns. Não só a alma profunda e atormentada de Miguel Ângelo se identifica com o lado dionisiaco (lunar, obscuro — o “signo de Saturno” dos artistas, no dizer de Wittkower), como a sua adesão intelectual vai para as águas do neoplatonismo. A arte passa a ser uma forma de comunhão (comunicação) com essências. Trata-se ainda de procurar a “verdade”. Mas a *verdade* encontra-se no céu dos conceitos, e o artista deve procurar aí ascender, sabendo da íntima união do Bem, do Belo e do Justo. O *kalon* e o *agathon* particularmente se ligam (claro que o *dikaion* também). A arte é uma demanda do Graal... Nova demanda, claro...”

Está a ganhar fôlego para o final, ao que vejo. Nutrido capítulo. Com falta de dados miúdos. Se tivesses um Assistente, ele devia fazer-te isso. Era assim que as coisas se faziam, quando os catedráticos eram catedráticos. Agora, tens às costas todo o trabalho, não é? Se eu pudesse, ajudava-te. Mas sou só um bule amador de Arte...

“Leonardo da Vinci e Miguel Ângelo Buonarroti são, sem sombra de dúvida, os dois rostos do Janus do classicismo renascentista. O seu virtuoso (mas virtuosismo não significa classicismo puro) é Rafael, que em certo sentido anuncia o Maneirismo. A ele se devem consagrar algumas páginas, dado ainda hoje ser considerado um dos maiores pintores de sempre.”

— Essa tua animosidade pelo Rafael... Tão velada... Cuidado.

“RAFAEL, OU O VIRTUOSISMO”

Rafael Sanzio nasceu em Urbino, a 28 de Março, 6, 7, 8 ou 17 de Abril de 1483....”. Parou.

— Não, *Rafael, o sedutor*... Não, não posso. Sobre Rafael escrevo no fim. Não simpatizo com Rafael...

E passou para Rubens. Mas este homem não descansa nunca? Pacto com o demónio é o que ele tem.

“RUBENS E O BARROCO”

O Barroco não é uma realidade homogénea. Nietzsche dizia que os conceitos que têm história não têm, ou não podem ter, definição. Por isso é muito complexo identificar o Barroco na perspetiva limitadora da definição. Daí que o referirmo-nos a ele através de exemplos seja um procedimento, na verdade, muito mais simples, e muito mais eficaz.”

— Incurável. Incurável. Citas Nietzsche contra as definições. E enfatizando a História, contra elas. Não ganha compostura...

“Pedro Paulo Rubens parece-nos ser um autor de síntese de muitas das características do Barroco. E o desembarque de Maria de Médicis em Marselha afigura-se-me um bom exemplo de profusão e difusão barrocas, no domínio do profano, assim como a *Descida da cruz* (uma composição da primeira “fase”), um interessante exemplo no domínio sacro dos mesmos elementos.” ▶



— Gosto que cites exemplos e obras. É o método do Gombrich. Isso com as tuas intertextualidades dá muito sabor, e cor local...

“Rubens concentra na sua vida vários elementos contrastantes mas confluentes, consegue integrá-los e ser bem sucedido. Filho de pai protestante, e emigrado na Alemanha, acabará por regressar, depois da morte daquele, e ser educado na religião católica; homem do norte, fará uma educação longa e atenta em Itália, de onde sairá apenas para a pátria aquando da doença da mãe — recusando uma carreira no berço do Barroco. Nomeado pintor oficial do regente (que governava em nome do rei de Espanha), mantém numerosas encomendas de origem eclesiástica, mas também particulares. Com uma enorme facilidade e capacidade de trabalho, monta ao que parece uma “oficina” de produção “em série”, mas sempre planeia ou dá o seu toque pessoal às obras que dali saem.

A sua ligação ao poder fá-lo diplomata, corresponde-se em latim com intelectuais, e pinta com candura os seus filhos. É cativado pela vida, pela urgente e fugaz vida que nas três graças efemeramente poisa, com ainda ecos clássicos, e retrata os homens e as mulheres do seu tempo num jardim de amores algo “parnasiano” já.

A sua maestria técnica é capaz de velaturas sucessivas que valorizam a cor. As formas avultam em volutas que antes só eram permitidas nos anjos pequeninos de Rafael.

Ut pictura poesis. O Barroco de Rubens é um hino à vida, com um *horror mortis* patente no *horror vacui*.

Já na *Egressão da Cruz* Rubens tinha evidenciado que dominava a anatomia (sendo ainda escultórico à la Miguel Ângelo). Mas subsequentemente o escultórico deixa o anatómico, para passar a ser mais o jogo de volumes do “grupo escultórico” em pintura. Além de que o *trompe-l’œil*, designadamente nos tetos que parece perderem-se até o astral, já mistura as três clássicas artes plásticas. Todavia, Rubens não precisa de chegar tão longe, até porque o seu lado nórdico o moderava (por exemplo, na paisagem é muito tradicional ainda), e o Barroco italiano nunca vogou pelo mar alto da efervescência alemã, austríaca, ou da Boémia

— designadamente na perspectiva de um exagerado “decorativismo”.

A entrada triunfal da Médicis tem essa dimensão cinestésica. Trombeta da fama a anuncia; logo, a música. Descrição narrativa literária (não sem nereidas mitológicas e tritões que assinalam a literariedade clássica do evento). Festa, brilho, cor e popularidade derivada do fausto.

Analisando o Barroco como uma evolução a partir de um classicismo (renascentista), parece patente que aqui temos (concentremo-nos nesta composição laudatória), sem dúvida o triunfo da mancha sobre a linha (quão longe do delineamento de contornos mesmo de um Botticelli!); a opção por formas abertas, expansivas, coloridas, em vez de formas fechadas (encerradas em linhas ou de todo o modo conclusas) — é também o princípio de alguma obra aberta

no sentido de Umberto Eco; apesar do fausto e do *éclat*, a coloração tem as suas nuances, pelo que, não estando patente aqui a tenebrosidade, todavia se compreende que a claridade barroca não é a luz da razão objetiva, mas uma luz filtrada, sentimental, mesmo quando, como num Caravaggio, ela parece seguir o dedo divino como foco (como no seu *S. Mateus, cobrador de impostos*), ou seja, cor e uma luminosidade de segundo grau, “secundárias” e não “primárias” em sentido psicológico; a composição estrutura-se em planos de diferente profundidade, embora no caso concreto dois níveis ainda relembrem a justaposição de planos do Renascimento. Finalmente, as relações compositivas entre unidade e multiplicidade, em relação com a temática e a sua desenvolvimento são mais complexas. Wölfflin assinala que o Barroco evolui do múltiplo para o uno. Mas não estamos plenamente certo disso, nem a “doutrina” é unânime. Seja como for, a composição em apreço assinala a dispersão de elementos próprios, mas é uma mensagem e não dispersa no *modus*.”

— E chamas “doutrina” à opinião... Porquê?

A religiosidade barroca é sobrecarregada,

Nietzsche dizia que os conceitos que têm história não têm, ou não podem ter, definição.

obviamente, nas peças de índole sagrada, mas não esqueçamos que é uma religiosidade sobretudo de matiz católico (embora autores como Janson procurem “recuperar” a ideia, universalizando-a e descaracterizando-a confessionalmente). E a distinção entre fé dominical e fé semanal (Huxley), coisas de César e coisas de Deus, se não eram ainda claras no século XVII (antes, pelo contrário, em muitos casos os gládios coincidiam), todavia estavam longe do concentracionismo da República de Genebra de Calvino, onde cantar o que não fossem livros religiosos era proibido, e vestir em cores não pardas constituía escândalo. Por isso, a presença religiosa em temas profanos não é onnipresente.”

— Terreno perigoso, mas podes assim afirmar as tuas ideias, sem enganar ninguém. Um escritor não é um eunuco ideológico. Muito bem.

“Já no apear da cruz, obviamente, se trata de tocar, impressionar, chocar, comover. O Barroco fará uso da sentimentalidade e da grandiosidade, usando as fraquezas do fausto como forças da Contra-Reforma. Não foi só a Igreja, foi igualmente o Estado.

Todavia, a multiplicidade do fenómeno, de índole cultural geral, acabaria por ter presença também na burguesa Holanda ou na anglicana Inglaterra, por exemplo. Daí que uma avaliação totalmente unitária desta realidade seja temerária.

Ainda assim, o Barroco é excessivo — e daí que as teorizações mais globalizadoras (de *epos*) o façam contracenar, no eterno retorno da História, com o classicismo. Tal é, por exemplo, a conhecida visão de Eugénio d’Ors.”

— Espero que agora relativizes essas teorizações de género... Paras? Curioso... Como se me ouvisses!

“Não se entendia o Barroco como entidade *a se* há alguns anos ainda (antes dos anos 20 do século XX). A época sincrética do classicismo (de influência francesa acrescida — v. os preconceitos ainda atuais de um Victor Tapié sobre Versailles vs. Vaticano), tudo abrangia, entre Renascimento e Romantismo. Os géneros são, nunca o esqueçamos, convenções carregadas de interpretação e historicidade.”

— Era isso, era isso que eu queria. Bem mandadinho, Senhor Arquitecto. Ah,

outra coisa interessante: deixa-se de dizer “Senhor”... Agora já tantos te chamam “Arquitecto” apenas... Barbarismos...

“Em Rubens, pela temática, pelo tratamento de alguns temas, ainda se vê clássico e italiano, sem dúvida: não se prescindiu da linguagem grandiosa, apenas foi dramatizada, teatralizada.

Essa é, em grande medida, a *differentia specifica* do Barroco: o teatro, a teatralidade. E é ele que (sobretudo na versão do teatro lírico, ou ópera) sintetiza o espírito do Barroco.

Ora, como sabemos, há ópera lírica e trágica e ainda “clássica”, e ópera *buffa*.

Ambas são sínteses do Barroco com os seus vários sentidos.”

Afundou-se na poltrona. Falei há pouco de barbarismos, e devo preservar o decoro. Assim, deveria dizer: “Não estamos habilitados a dizer que se espreguiçou”. Mas não é uma intertextualidade pedante? E quem a deteta? Ora, espreguiçou-se, sim senhor.

Tinha escrito durante umas horas. No dia seguinte iria ao outro lado do rio... Socializaria... Para compensar esta evocação dos mortos. Grandes mortos, que amava ter em sua companhia.

Foi à cozinha, abriu um farto frigorífico, e de lá tirou um enorme recipiente de água fresca. Sentia o sal na língua.

Insatisfeito, bebeu de novo. E de novo.

Foi dormir, que tinha aulas de manhãzinha, muito cedo. Quando ainda ninguém estava na Faculdade... Prerrogativas de Cateadrático. Mas assim ouvia pássaros chilrear. Prerrogativas, sim. •



Open Access Scholarly Publishers Association (OASPA)

Durante os anos de 2007 e 2008, dois grupos de editores de Acesso Aberto - organizações profissionais de editores, por um lado, e um grupo de editores independentes (cientistas / acadêmicos), por outro lado - começaram a discutir as possibilidades de criar uma associação mais formal para representar os interesses dos editores de Acesso Aberto. Quando estes dois grupos tomaram consciência um do outro, decidiram trabalhar juntos para criar uma associação “guarda-chuva” destinada a apoiar todo o tipo de iniciativas levadas a cabo pelos editores de revistas publicadas em Acesso Aberto - fossem organizações lucrativas, sem fins lucrativos, editoras universitárias, editoras de sociedades científicas, ou editores cientistas / acadêmicos que trabalhassem de forma independente fora do âmbito de uma organização editorial. O interesse em juntar esta comunidade, visando o desenvolvimento de modelos de negócio adequados e de ferramentas e de protocolos de apoio às revistas publicadas em Acesso Aberto, foi pronta e amplamente reconhecido.

Ainda que as publicações em Acesso Aberto tenham surgido inicialmente como um “novo modelo de publicação”, por muitos considerado como um ato experimental, a verdade é que depressa se tornou uma abordagem preponderante da comunicação de resultados científicos. A institucionalização da OASPA, em 14 de outubro de 2008, celebrando o Dia do Acesso Aberto, em Londres, num evento organizado pelo Wellcome Trust, trouxe um novo e relevante fórum para o mundo editorial.

A partir de 2010, a OASPA começou a ser abordada por editores do universo do livro que estavam interessados em explorar as possibilidades de publicar livros em Acesso Aberto. Na sequência do diálogo estabelecido com a OAPEN (Open Access Publishing in European Networks), foram adotadas medidas para promover a publicação de livros em Acesso Aberto, designadamente em matéria dos pedidos de adesão à OASPA, dos processos de arbitragem e

de regras básicas a observar.

A OASPA tem sede em Haga (Holanda), realiza a sua 8ª Conferência em 21 e 22 de setembro de 2016, na Virgínia (EUA), sendo presidida até 2017 por Paul Peters (da Hindawi Publishing Corporation). Os Webinars, disponíveis na página da associação, são particularmente relevantes para se ter uma noção exata do âmbito da intervenção da OASPA.



<http://oaspa.org/>

Latest Tweets

OASPA @OASPA
Working on innovative ideas in #openaccess publishing? Propose a show-and-tell presentation at #COASP8: oaspa.org/call-contribut...

OASPA Retweeted
Creative Commons @creativecommons
The academic, economic and societal impacts of #OpenAccess: an evidence-based review f1000research.com/articles/15-632... by @Protohedghehog et al.

Some of our members

[View Full List of Members >](#)

